



RELATÓRIO E CONTAS 2015

Índice

INTRODUÇÃO	4
1. ATIVIDADE DA FFCUL EM 2015	14
1.1 PROJETOS.....	14
1.2 RECURSOS HUMANOS	16
1.3 ESTRUTURA CENTRAL DA FFCUL	19
1.4 INDICADORES DE GESTÃO DA FFCUL.....	20
1.4.1 Fluxos de Pedidos de Pagamento à FCT	20
1.4.2 Encerramento contabilístico	21
1.5 ATIVIDADES DOS NÚCLEOS OPERACIONAIS DA FFCUL	21
1.5.1 Atividades comuns	21
1.5.2 Núcleo de Projetos de Investigação Europeus / Internacionais (NPIE)	22
1.5.3 Núcleo de Projetos de Investigação Nacionais (NPN).....	24
1.5.4 Núcleo Projetos de Investigação sob Contrato (NPISC)	26
1.5.5 Núcleo Financeiro.....	28
1.6 RELACIONAMENTO COM A FCT	29
1.7 ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	30
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
2.1 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS	32
2.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	38
2.3 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS INDIRETOS ANTES DO IMPOSTO.....	38
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	40
3.1 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	40
3.2 FUNDOS PATRIMONIAIS.....	40
3.3 ESTRUTURA DO BALANÇO	41
3.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	44
4. PERSPETIVAS FUTURAS.....	44
5. AGRADECIMENTOS.....	46
6. ÓRGÃOS SOCIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.....	47
7. BALANÇO.....	48
8. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	49
9. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	50
10. DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	51
11. ANEXOS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	53
11.1 NOTA INTRODUTÓRIA.....	53
11.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	53
11.2.1 Referencial contabilístico	53
11.2.2 Disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo derogadas no exercício.....	53
11.2.3 Rubricas não comparáveis com o exercício anterior.....	53
11.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	53
11.3.1 Bases de apresentação.....	53
11.3.2 Investimentos Financeiro	53
11.3.3 Ativos fixos tangíveis	53
11.3.4 Ativos intangíveis	54

11.3.5	<i>Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, excluindo goodwill</i>	54
11.3.6	<i>Especialização dos exercícios</i>	54
11.3.7	<i>Imposto sobre o rendimento</i>	54
11.3.8	<i>Subsídios do Governo</i>	55
11.3.9	<i>Transações e saldos em moeda estrangeira</i>	55
11.3.10	<i>Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes</i>	55
11.3.11	<i>Rédito</i>	56
11.3.12	<i>Acontecimentos após a data do balanço</i>	56
11.3.13	<i>Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas</i> ⁵⁷	
11.4	FLUXOS DE CAIXA	57
11.4.1	<i>Caixa e depósitos bancários</i>	57
11.5	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	58
11.6	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	58
11.7	ATIVOS INTANGÍVEIS	59
11.8	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	60
11.9	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	61
11.10	CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	62
11.11	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	62
11.12	OUTRAS CONTAS A RECEBER	62
11.13	DIFERIMENTOS ATIVOS	62
11.14	FUNDOS PRÓPRIOS	63
11.15	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS	63
11.16	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	63
11.17	OUTRAS CONTAS A PAGAR	63
11.18	FORNECEDORES	63
11.19	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	64
11.20	DIFERIMENTOS PASSIVOS	64
11.21	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	64
11.22	SUBSÍDIOS DO GOVERNO	64
11.23	FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	65
11.24	GASTOS COM PESSOAL	65
11.25	IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	65
11.26	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	65
11.27	OUTROS GASTOS E PERDAS	66
11.28	DEPRECIAÇÕES	66
11.29	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	66
11.30	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	67
11.31	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	67
11.32	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	67
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	68
	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	70

INDICE DE TABELAS

TABELA 1 – CANDIDATURAS SUBMETIDAS EM 2015	14
TABELA 2 – PROJETOS INICIADOS DE 2012 A 2015 POR TIPOLOGIA DE PROJETO E VALOR DE FINANCIAMENTO ASSOCIADO.....	14
TABELA 3 – PROJETOS CONCLUÍDOS ENTRE 2011 E 2015	15
TABELA 4 – PROJETOS ENCERRADOS CONTABILISTICAMENTE ENTRE 2011 E 2015	15
TABELA 5 – NÚMERO DE PROJETOS GERIDOS PELA FFCUL DESDE A SUA CONSTITUIÇÃO, EM 1993.....	16
TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE LIGAÇÃO CONTRATUAL E ENCARGOS COM OS COLABORADORES DA FFCUL EM 2015.....	16
TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR BENEFICIÁRIO E TIPO DE LIGAÇÃO CONTRATUAL	17
TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR BENEFICIÁRIO E FUNÇÃO	17
TABELA 9 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES DA ESTRUTURA CENTRAL DA FFCUL	19
TABELA 10 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE ESTRUTURA DA FFCUL (EM €)	19
TABELA 11 – DESPESA REPORTADA ATRAVÉS DE PP'S EM 2014 E 2015 À FCT.....	20
TABELA 12 – NÚMERO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS EM 2015 POR PROGRAMA E TEMA	23
TABELA 13 – NÚMERO DE PROJETOS INICIADOS EM 2015 POR PROGRAMA E TEMA.....	24
TABELA 14 – RESULTADOS DO PTDC 2014 PARA A FFCUL	25
TABELA 15 – NÚMERO DE EVENTOS E DE PARTICIPANTES	26
TABELA 16 – VALORES RECEBIDOS POR TIPO DE EVENTO	27
TABELA 17 – DADOS FINANCEIROS DO NPISC RELATIVOS A 2015	27
TABELA 18 – FATURAÇÃO EM 2015	28
TABELA 19 – RELACIONAMENTO FINANCEIRO ENTRE A FFCUL E A FCT (31-12-2015).....	29
TABELA 20 – EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTES DE FINANCIAMENTO	31
TABELA 21 – RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	31
TABELA 22 – COMPARAÇÃO DAS RECEITAS EM 2014 E 2015.....	31
TABELA 23 – EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTES DE FINANCIAMENTO.....	32
TABELA 24 – EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	32
TABELA 25 – SALDO DE GERÊNCIA 2015 E SUA DECOMPOSIÇÃO POR TIPOLOGIA DE RECEITA	32
TABELA 26 – EVOLUÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA	32
TABELA 27 – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 2015 POR UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO (COMPONENTE FFCUL).....	35
TABELA 28 – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DA FFCUL EM 2015 POR ÁREA DEPARTAMENTAL DA FCUL.....	35
TABELA 29 – INQUÉRITO AO POTENCIAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (IPCTN) 2015 (COMPONENTE FFCUL).....	36
TABELA 30 – INQUÉRITO AO POTENCIAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (IPCTN) 2015 (FUNDOS) (COMPONENTE FFCUL).....	37
TABELA 31 – ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS DA FFCUL (2015)	39
TABELA 32 – ESTRUTURA DO BALANÇO	42

INDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - PRINCIPAIS GRUPOS BENEFICIÁRIOS DOS COLABORADORES DA FFCUL	17
FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR TIPO DE LIGAÇÃO CONTRATUAL	18
FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR TIPO DE BENEFICIÁRIO	18
FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS BOLSEIROS POR TIPO DE PROJETO FINANCIADOR	19
FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CC'S ENCERRADOS CONTABILISTICAMENTE.....	21
FIGURA 6 – NÚMERO DE CENTROS DE CUSTOS ABERTOS EM 2015 NO NPISC, POR TIPOLOGIA DE PROJETO	27
FIGURA 7 – DESPESA MENSAL TOTAL EM PROJETOS FINANCIADOS PELA FCT	30
FIGURA 8 – RELACIONAMENTO ENTRE A FFCUL E A FCT - VALORES ACUMULADOS: DESPESA FEITA OU COMPROMETIDA (VERMELHO), REEMBOLSOS FCT (VERDE), VALORES JÁ VALIDADOS PELA FCT MAS AINDA NÃO REEMBOLSADOS (AZUL).....	30
FIGURA 9 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS DA FFCUL	33
FIGURA 10 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS (DEPOIS DE IMPOSTO) DA FFCUL	38
FIGURA 11 – EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PATRIMONIAIS DA FFCUL.....	41

Introdução

A Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FP (**FFCUL ou Fundação**) tem por fim fomentar atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, formação, consultoria e divulgação, realizadas no âmbito da missão da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL). Neste contexto a FFCUL manteve uma estrutura de recursos humanos, administrativa, técnica e logística adequada à sua missão de apoiar a comunidade científica da FCUL na promoção e obtenção de novos financiamentos, públicos e privados, de organismos nacionais e internacionais. A atividade da FFCUL e da estrutura que a suporta, têm-se pautado pela harmonização e articulação com as unidades da Faculdade, numa perspetiva (comum) de não duplicação de serviços e funções.

A história institucional da FFCUL desde 2012 tem sido particularmente complexa por força de iniciativas políticas que perturbaram significativamente a gestão da FFCUL e a atividade de I&D da Faculdade de Ciências. A imposição a esta fundação de regras que não fazem sentido no contexto da sua atividade específica, associada a atrasos de resposta das entidades públicas, deram origem a uma situação de gestão em que responsáveis universitários, gestores e juristas não vislumbram ainda um quadro de funcionamento inequivocamente compatível com as disposições impostas, frequentemente contraditórias.

Ao longo desta secção são apresentados os principais marcos do “histórico” do enquadramento institucional da FFCUL, nos últimos anos, e um “resumo executivo” da sua atividade em 2015.

No que diz respeito à política relativa às fundações, os factos ocorridos após 2012 podem sintetizar-se do seguinte modo¹:

1. A FFCUL foi criada em **1992** pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, como uma instituição privada sem fins lucrativos.

2012

2. A **3 janeiro de 2012**, a Lei n.º 1/2012, em cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal bem como do programa do XIX Governo Constitucional, deu início ao **Censo das Fundações** do qual decorreriam expectavelmente decisões sobre a manutenção ou extinção das fundações existentes em Portugal. A FFCUL enviou atempadamente toda a informação/documentação solicitada em fevereiro de 2012;
3. A Lei 24/2012 de **9 de julho de 2012**, que aprova a Lei-Quadro das Fundações (LQF) passou a classificar a FFCUL como uma fundação pública de direito privado (FPDP) (art. 4º do anexo) dando, no entanto, um **prazo** de seis meses para as fundações públicas adequarem a sua denominação, estatutos e orgânica ao disposto na LQF, sendo que,

¹ Este histórico - que tem sido objeto de diversas atualizações - pode ser consultado no sítio da FFCUL na internet.

após essa data (13 de janeiro de 2013) **o disposto na lei prevaleceria sobre os estatutos**, caso estes não tivessem entretanto sido alterados;

4. A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 79-A/2012 de **25 de setembro de 2012**, decorrente do censo e avaliação das fundações nacionais, recomendou à Universidade de Lisboa (UL) - considerada pela Presidência do Conselho de Ministros (PCM) a entidade fundadora da FFCUL - a sua extinção;
5. O projeto de decisão, emitido pelo Secretário de Estado da Administração Pública, relativo à extinção da FFCUL foi recebido a 25 de Setembro de 2012 tendo sido contestado em sede de audiência prévia a **8 de outubro de 2012** pelo Conselho de Administração da FFCUL;
6. O Reitor da UL reiterou a necessidade de manutenção da FFCUL a **20 de dezembro de 2012**, aceitando todavia ponderar a adaptação da FFCUL às regras dos Institutos Públicos.

2013

7. A **11 de janeiro de 2013**, ainda sem decisão final do governo relativamente a extinção de várias das fundações, e por esta decisão afetar significativamente as adaptações necessárias à LQF, a PCM (Despacho 684/2013) prorrogou por seis meses a data a partir da qual esta lei prevaleceria sobre os estatutos vigentes das fundações, adiada assim para **13 de julho de 2013**;
8. Num tal contexto, considerou-se não se justificar iniciar a alteração dos procedimentos de gestão antes da decisão definitiva, pelos custos significativos em que a FFCUL iria incorrer e conseqüente risco de disrupções operacionais. No entanto, os procedimentos de gestão da FFCUL mantidos neste período de incerteza enquadraram-se indubitavelmente no **espírito da lei** vigente e nos **pressupostos de economia, eficiência e eficácia** e ainda de **transparência** exigidos à gestão pública;
9. Só a **8 de março de 2013** através da RCM 13-A/2013 se aceitou, com base na autonomia da UL, a manutenção da FFCUL, com as necessárias adequações ao disposto na LQF. As alterações de gestão começaram a preparar-se de imediato;
10. Os **Estatutos** foram revistos numa primeira reunião de Conselho Geral (CG) da FFCUL a 11 de abril de 2013, tendo sido posteriormente aprovados num segundo CG a **3 de junho de 2013** e remetidos à PCM para aprovação a 5 de junho de 2013;
11. A 25 de julho de 2013 tomou posse o primeiro reitor da nova Universidade de Lisboa (ULisboa), na sequência da fusão das anteriores Universidade de Lisboa e Universidade Técnica de Lisboa. Foram então aprovados os novos Estatutos da ULisboa e, na sequência, revistos os Estatutos da Faculdade de Ciências em Novembro de 2013;

12. Neste contexto, considerou-se necessário voltar a alterar os estatutos da FFCUL, face à decisão do Reitor da ULisboa, que considerou que a tutela da FFCUL deveria ser assumida pela Faculdade de Ciências, única entidade instituidora da FFCUL. Foi assim aprovado em CG de **11 de dezembro de 2013**, e novamente enviado à PCM, um **aditamento à proposta de alteração de Estatutos**.
13. **Gestão de Pessoal:** a 22 abril de 2013 fora solicitado à Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (**DGAEP**) que se pronunciasse sobre o enquadramento e procedimentos na transição do regime jurídico dos funcionários da FFCUL. A DGAEP respondeu que da leitura da LQF decorria que só após adequação dos estatutos da FFCUL seria possível aplicar o regime jurídico aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas e que a LQF nada previa quanto à atribuição do vínculo de direito público aos atuais trabalhadores contratados ao abrigo do Código do Trabalho (CT);
14. Com este esclarecimento da DGAEP, ficou claro que o novo regime de pessoal apenas seria aplicável aos contratos celebrados após adequação dos estatutos à LQF. A FFCUL passou portanto a ter de aplicar **dois regimes em simultâneo**: o regime privado a todos os *atuais* funcionários da FFCUL e o regime público aos trabalhadores a admitir depois da adequação dos estatutos;
15. Em 4 de dezembro de 2013, perante a ausência de resposta da PCM, a Fundação informou a DGAEP que mantinha em aplicação o regime jurídico de trabalho privado pois não dispunha ainda da decisão da PCM. Em **30 de abril de 2014**, a DGAEP respondeu considerando ser seu entendimento que a Fundação deveria passar a aplicar o regime jurídico aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas, por já ter sido ultrapassado o prazo legal previsto na LQF para adequação dos estatutos;
16. **Gestão financeira:** a 22 de abril de 2013, face ao enquadramento do referencial contabilístico aplicável às Fundações Públicas de Direito Privado, fora posto à consideração da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a possibilidade da FFCUL manter o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) das entidades do setor não lucrativo (ESNL) como referencial contabilístico. Em resposta, e 27 de maio de 2013, a CNC recomendou que esta pretensão fosse apresentada à PCM, mas manifestou desde logo a sua concordância em nome da racionalidade económico-financeira e da iminente criação um novo normativo contabilístico nacional para o setor público, efetivamente entretanto publicado mas só a 11 de setembro de 2015 (Decreto-Lei n.º 192/2015);
17. O pedido da FFCUL de **manutenção do SNC-ESNL** foi assim remetido à PCM a 5 de junho de 2013, por esta reenviado para a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) que concordou e fez seguir para o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, que também deu a sua concordância. A PCM deu a conhecer este parecer à FFCUL a **6 de março de 2014**;
18. O Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, veio finalmente estipular na alínea g) do seu artigo 3º que, para efeitos de normativo contabilístico, às fundações, entidades do sector não lucrativo (ESNL), se aplica o SNC.

19. **Orçamento de Estado: a 16 de agosto de 2013** a FFCUL fora informada pela Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência (DGPGF – MEC) que tinha sido considerada “Entidade Pública Reclassificada” (EPR), nos termos do anexo I da Circular, série A, n.º 1374 da Direção-Geral do Orçamento (DGO). Neste contexto, a FFCUL elaborou e submeteu, a **6 de setembro de 2013** a sua primeira proposta de **Orçamento para 2014**, posteriormente oficializada no OE 2014, apesar de não receber quaisquer verbas públicas (a não ser através dos contratos de I&D em programas competitivos geridos por entidades públicas, como a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)). A proposta anual de orçamento de estado tem desde então sido então preparada e submetida;
20. Tendo em vista os reportes periódicos exigidos pela DGO para controle da execução orçamental, a FFCUL - por não ter tido de alterar o seu sistema contabilístico - ajustou-se às novas exigências iniciando no final de 2013 a implementação de um módulo de Gestão Orçamental (**GOA – Gestão Orçamental Alvo**) que funciona sobre a plataforma de sistema contabilístico ERP PRIMAVERA, para automatizar o processo de controlo orçamental, compromisso e cálculo de fundos disponíveis, conciliando os dados contabilísticos com as necessidades de gestão de despesa e receita, inerentes ao reporte orçamental exigido. Esta implementação só se tornou totalmente operacional em julho de 2014.

2014

21. Em maio de 2014 a implementação inicial dos principais módulos do GOA permitiu iniciar a elaboração dos processos de compromisso e de registo de despesa por esta via. Até então foram mantidos sistemas de controlo e requisição de despesa paralelos ao sistema contabilístico, para assegurar o cumprimento do CCP e o reporte à DGO.
22. A partir de maio de 2014, toda a despesa passou a ser inserida no sistema contabilístico da FFCUL via GOA, sendo daí retirada toda a informação necessária aos reportes mensais à DGO, embora só de uma forma automatizada a partir de dezembro de 2014. Os reportes de 2014 e 2015 foram encerrados atempadamente e com sucesso.
23. Em agosto de 2014, foi preparado o OE 2015, já sem possibilidade de aplicação do regime simplificado, ainda conferido em 2013 para a elaboração do OE 2014.
24. **Estatutos: A 9 de maio de 2014** a PCM remeteu à FFCUL um ofício solicitando duas pequenas alterações aos estatutos enviados para aprovação a 17 de dezembro de 2013 (ver ponto 12). A FFCUL iniciou de imediato as diligências necessárias para lhe dar satisfação. A de **30 de junho de 2014** o CG da FFCUL aprovou a nova proposta de estatutos, que, de acordo com o entendimento da Fundação, foi remetida para a PCM para aprovação a 3 de julho de 2014;
25. A **10 de dezembro de 2014** a PCM fez saber que aguardava informação sobre o cumprimento, por parte da FFCUL, dos procedimentos de publicação e publicitação dos

estatutos. A FFCUL contestou, informando aguardar decisão da PCM desde Julho de 2014 para proceder à sua publicação. Já em **16 de janeiro de 2015** a PCM informou que sendo a FFCUL uma Fundação Pública de Direito Privado (FPDP), a alteração dos seus estatutos constituíam competência do seu instituidor público, a FCUL, necessitando unicamente da sua deliberação de aceitação da alteração estatutária para proceder à sua publicação.

26. **Contratação de investigadores:** A 9 de julho de 2014 a Fundação pediu à DGAEP esclarecimentos sobre que **opções de contratação** poderia utilizar sem recurso a concursos públicos para contratação de investigadores em projetos que incluíssem a contratação do próprio investigador proponente (nomeadamente projetos Europeus, programa Marie Curie, ERC, entre outros);
27. A 31 de julho de 2014 a DGAEP respondeu que o Decreto-Lei 125/99 se encontrava revogado e que para a contratação de investigadores para projetos, sem recurso a concursos públicos “...importa(ria) fazer uma **leitura atualista do mesmo [DL 125/99] tendo em conta a LVCR...**” (Lei nº 12-A/2008) e a LTFP (Lei nº 35/2014).

2015

28. **Estatutos:** A Fundação solicitou ao Conselho de Gestão da FCUL a aprovação da alteração dos Estatutos, o que aconteceu em fevereiro de 2015. Foi celebrada, em 5 de março de 2015, escritura pública de alteração dos Estatutos. Foi solicitada a 20 de março de 2015 a publicação dos estatutos em **Diário da República**, o que se verificou a **6 de abril de 2015** (DR, 2ª Série, n.º 66 de 06 de abril de 2015). O processo de adaptação dos Estatutos da Fundação à LQF prolongou-se assim, pelas razões descritas, entre 3 de junho de 2013 e 6 de abril de 2015.
29. **Contas IGCP:** A 16 de abril de 2015, logo após a publicação dos seus Estatutos, a Fundação iniciou o processo de abertura de contas na Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP E.P.E. (IGCP), de forma a, progressivamente, transferir os movimentos financeiros dos novos projetos de I&D para contas públicas e cumprir o princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE). A IGCP opôs-se num primeiro tempo à abertura das quatro contas que Fundação necessita para, cumprindo recomendações de auditoria e da Comissão Europeia, otimizar o seu funcionamento e acelerar a reconciliação bancária. Após as devidas justificações, a IGCP acabou, a 15 de julho de 2015, por aceitar, não sendo todavia óbvio que tivesse também aceite que a utilização das contas fosse **gradual e apenas para os novos contratos**, para não obrigar a alterar centenas de contratos de I&D nacionais e internacionais.

Foi neste contexto que a DGO informou a Fundação, a 20 de julho de 2015, de que tal pedido (utilização gradual e progressiva das contas IGCP em novos contratos de I&D) deveria ser validado pela IGCP. O mesmo foi aliás reiterado pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF) que em contactos feitos em setembro de 2015, no âmbito do inquérito de avaliação do cumprimento do princípio da UTE, recomendou que a Fundação, formalmente, pedisse dispensa de cumprimento do princípio de UTE à IGCP. A

Fundação seguiu esta recomendação em 8 de outubro de 2015. Em 21 de dezembro de 2015, a FFCUL foi informada que tal pretensão tinha sido negada (despacho do Secretário de Estado da Adjunto, do Tesouro e das Finanças sobre informação no mesmo sentido do IGCP), o que obrigou a Fundação a iniciar o processo de alterar o NIB das contas associadas a cerca de 120 contratos de I&D, junto de todos os seus contratantes.

30. A 10 de setembro de 2015 foi publicada, infelizmente sem grandes alterações nem consequências positivas operacionais, a primeira alteração à Lei-Quadro das Fundações – Lei 150/2015 (DR, 1ª Série, n.º 177 de 10 de setembro de 2015). O Centro Português de Fundações (CPF), do qual a Fundação é associada, no seu parecer à proposta de Lei, refere que: *“...seria desejável uma clarificação do conceito de fundação pública de direito privado, aliás já referido pelo Conselho Consultivo das Fundações no seu parecer a esta Proposta de lei, e sobretudo que a esta tipologia de fundações sejam aplicadas as regras operativas (de orgânica e gestão corrente) aplicáveis às fundações privadas, sem prejuízo de regras de transparência adequadas à presença de fundos públicos.”*
31. **Contratação de investigadores:** Após a publicação dos Estatutos da Fundação foram novamente pedidos esclarecimentos sobre a contratação de investigadores, tendo a DGAEP respondido a 3 de julho de 2015 que, *“...face às disposições da lei preambular, em especial os seus artigos 7.º a 9.º, a leitura atualista do disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 125/99, de 20/04, remete-nos para os artigos 33.º e seguintes da LTFP, relevando, para o efeito, o n.º 6 do artigo 36.º, no que respeita ao método de seleção a utilizar nos procedimentos concursais para constituição de vínculos de emprego público a termo, sendo que este preceito, ao contrário do que estabelecia a alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, não salvaguarda o disposto em lei especial...”*.
32. A 9 de julho de 2014 e novamente a 10 de julho de 2015, perante ausência de resposta, a Fundação informou a, à data, **Secretária de Estado da Ciência** (Maria Leonor Parreira) da situação, solicitando a melhor atenção que pudesse ser dada à matéria, face à manifesta incompatibilidade com outras declarações públicas relativas à política de ciência, ao financiamento europeu e à contratação de investigadores. Em 15 de setembro de 2015 foi recebida resposta, todavia **totalmente inconclusiva e manifestamente impotente**, remetendo para uma revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, que não tinha sido possível reformar durante a legislatura pois algumas normas não suscitaram consenso entre os diversos intervenientes.
33. Em fevereiro de 2016 e por iniciativa do novo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) (Manuel Heitor), a redação do artigo 23º na proposta da LOE 2016, procurava restaurar a capacidade das Instituições de Ensino Superior Público (IESP) de contratar docentes e investigadores e de rejuvenescimento do corpo docente e de Investigação. A FFCUL considerou insuficientes tais medidas, disso tendo informado o Ministro e a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Fernanda Rollo), pois as disposições contidas na LOE (medidas de flexibilização da atividade de I&D) aplicavam-se apenas às IESP. A FFCUL recordou aos membros do governo ser

juridicamente independente da FCUL, não ter no seu objeto o “ensino” e não ser, portanto, uma IESP. Recordou ainda que a mesma limitação se aplicaria a muitas outras instituições que gerem I&D, as quais não se encaixariam na categoria IESP. Considerava-se assim ser essencial que a lei – e no que dissesse respeito à atividade de I&D – tivesse como destinatários não só as IESP, mas também as entidades gestoras de I&D, públicas ou privadas, desde que devidamente reconhecidas pela FCT, pois apenas assim tais medidas de flexibilização da gestão de I&D cumpririam o seu objetivo e incidiriam sobre a totalidade do sistema público de I&D, facilitando, nomeadamente, a contratação de investigadores associados a projetos de I&D.

34. **Definição da tutela da Fundação:** A definição da tutela foi sempre uma questão pacífica para a Fundação, dada a inequívoca identificação da entidade instituidora, a Faculdade de Ciências, e do entendimento do Reitor da Universidade de Lisboa de que a tutela da Fundação deve ser exercida pela Faculdade. A partir de junho de 2015, no âmbito de pedidos diversos ao IGCP, DGO, IGEFE-MEC - de natureza operacional e relativos a pedidos prévios de execução de despesa – a Fundação foi confrontada com o facto de essas entidades terem dúvidas relativamente a esta matéria;
35. Através da Faculdade de Ciências, foi pedido o entendimento da Secretaria de Estado do Ensino Superior do Ministério da Educação e Ciência (MEC) (tutela da faculdade). Em documento de 27 de julho de 2015, confirmava-se que a tutela deveria caber à instituição instituidora. Veiculado esse entendimento para as instituições atrás referidas, a Fundação continuou a ser confrontada com ausência de resposta aos seus pedidos que, como se veio a entender, resultava da dificuldade de que a tutela administrativa não se presume, pelo que só existe quando a lei expressamente a determina;
36. Contactos diretos com o MEC em 7 de outubro de 2015, levaram a Fundação a solicitar a intervenção do MEC junto da PCM para que esta matéria se resolvesse rapidamente, e que o MEC, através da Secretaria de Estado do Ensino Superior, assumisse a **tutela política da Fundação**, sem o que a atividade operacional da Fundação ficaria seriamente comprometida e a sua ação significativamente tolhida;
37. Com a alteração de governo e da organização Ministerial em novembro de 2015, a FFCUL realizou de imediato contactos com a Secretaria de Estado da Ciência e Ensino Superior (SE MCTES), disponibilizando-se para voltar a explicar toda a situação aos novos gabinetes e solicitando uma clarificação célere, para que o assunto fosse definitivamente resolvido. Muito embora se reitere que a tutela administrativa da FFCUL deva caber ao MCTES, continua sem existir uma decisão (e publicação) formal (porventura da PCM) a confirmar tal situação.

(fim do Histórico)

Neste contexto, o quadro de gestão em 2015 manteve-se extraordinariamente complexo, em termos institucionais e operacionais. Pretendeu-se reduzir, tanto quanto possível, os atrasos

na execução dos projetos e manter o mesmo nível de eficiência e profissionalismo na interação com os investigadores e no reporte às entidades financiadoras, de acordo com a legislação em vigor.

Para fazer face a todas as suas responsabilidades, a FFCUL contou em 2015 com 32 colaboradores, sem necessidade de reforço por trabalhadores avançados.

Relativamente ao financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tradicionalmente maioritário na execução da FFCUL, e especificamente às transferências da FCT para a FFCUL relativas aos projetos, foi mantida a estabilidade no reembolso dos reportes analisados. Não obstante, pelo facto do Programa de Financiamento de Projetos Nacionais com maior participação dos investigadores da FCUL (Projetos de IC&DT em Todos os Domínios Científicos, os PTDC) só ter sido aberto em novembro de 2014, encerrado já em janeiro de 2015 e com resultados divulgados só em agosto de 2015, os projetos ainda não se iniciaram pelo que os indicadores associados ao número de candidaturas, número de projetos, execução e financiamento FCT diminuíram significativamente.

Relativamente às Unidades de Investigação e Desenvolvimento (UI&D), decorreu em 2014 o processo de Avaliação UI&Ds 2013, iniciado a 30 de dezembro de 2013 com a entrega das candidaturas para avaliação e financiamento estratégico. Em junho e em dezembro de 2014 foram revelados os resultados da 1ª e da 2ª fases, respetivamente. O processo de Recurso da 1ª fase só terá ficado concluído em fevereiro de 2016, e aguardam-se ainda parte dos resultados dos recursos da 2ª fase. Ocorreu uma reestruturação relevante das UI&D do Sistema Nacional de Investigação, com vários processos de fusão e extinção, sendo que as UI&D da FFCUL se reorganizaram em 19 unidades, com diversos formatos institucionais e classificações bastante positivas. As novas UI&D, iniciaram a sua atividade em janeiro de 2015, apesar da respetiva situação de financiamento pela FCT só ter sido formalizada em junho de 2015. Este atraso perturbou significativamente o arranque da execução das unidades. Com esforço e controle adicional de tesouraria pela FFCUL foram criadas condições para que as UI&Ds executassem durante o primeiro semestre de 2015 sem interrupções; verificou-se, todavia, uma diminuição significativa dos níveis de execução da FFCUL no domínio dos subsídios à exploração.

No contexto da política de reforço à internacionalização do financiamento da atividade de I&D, foi intensificado desde 2014 o esforço para aumentar o número de candidaturas internacionais, nomeadamente no apoio à divulgação (e participação) do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação para o período 2014-2020 - Horizonte 2020 (H2020), que se traduziram em novos projetos já em 2015. Em particular, considerou-se da maior importância o apoio a iniciativas que envolvessem a coordenação de projetos, pela alavancagem científica e financeira que pode advir da assunção de tais responsabilidades, seja na FFCUL como na FCUL, pelo que esta Fundação procurará apoiar a construção de candidaturas fortes e ajudar a mitigar riscos de gestão e técnicos.

Assim, em termos operacionais, em 2015:

- A FFCUL apoiou os investigadores da sua comunidade científica, assegurando a gestão administrativa e financeira de 746 Projetos (369 ativos + 172 concluídos + 205 encerrados) com um movimento financeiro na ordem dos 10M€, num contexto económico-financeiro e legal muito complexo.
- Iniciaram-se 30 projetos com financiamento nacional num montante 702k€ (-52% face a 2014). No mesmo período, foram submetidas 464 candidaturas nacionais (276 como entidade proponente) envolvendo 45M€, valor muito superior ao de 2014.
- No que se refere a projetos europeus, verificou-se uma redução do número de novos contratos, 10 (18 em 2014), com um financiamento de 2,2M€. Por outro lado, foram apresentadas 72 candidaturas (41 como entidade proponente), envolvendo um valor superior a 32,6M€ para a FFCUL.
- Na vertente de Investigação sob contrato, iniciaram-se 46 novos contratos, uma diminuição tanto em número (68 em 2014), como em valor contratado (1,3M€ em 2015, face a 1,9M€ em 2014).
- A FFCUL manteve as relações contratuais com 447 colaboradores, a esmagadora maioria dos quais (402) Bolseiros associados a atividades de I&D.

Ao nível dos resultados financeiros de 2015, destaca-se:

- A FFCUL obteve rendimentos de 8,3M€, suportados em subsídios à exploração (5,8M€), prestação de serviços (1,5M€) e subsídios ao investimento (0,9M€). O resultado líquido do período foi de 2.548€, uma diminuição significativa em relação ao valor apurado em 2014.
- A estrutura de gastos da FFCUL reflete bem a atividade desenvolvida no quadro da sua missão. Cerca de 86% dos gastos apurados em 2015 (9,5M€) referem-se diretamente às atividades de I&D. Os restantes 14% dividem-se entre os gastos da estrutura central (980k€) e outros gastos indiretos, cuja parcela mais significativa corresponde ao pagamento à FCUL (423k€) de aluguer de espaços, e participação nos custos de limpeza, segurança, energia e comunicações (Tabela 31).
- A exemplo de todo o seu passado, e a partir de 2015 por força dos seus Estatutos, a FFCUL não incorreu em qualquer custo com os seus órgãos sociais.

Para concluir, algumas informações sobre o processo de extinção do ICAT e a assunção pela FCUL, da dívida do ICAT à FFCUL:

- Em finais de Novembro de 2013, a Assembleia Geral do ICAT decidiu extinguir esta associação e integrá-la na FCUL, bem como saldar as dívidas do ICAT aos credores não-institucionais (isto é, todos os reconhecidos pelo Tribunal do Comércio em 2007, com exceção da FCUL, FFCUL e IAPMEI). Para a liquidação ao credor FCUL a solução de

quitação encontrada dos valores ainda em dívida foi a cedência do bem físico (imóvel sede do ICAT). A FCUL decidiu solicitar um visto prévio ao Tribunal de Contas (TC) que **incluiu também a assunção pela FCUL da dívida do ICAT para com a FFCUL**. O TC confirmou a 18 de junho de 2014 que o processo não se encontrava sujeito a fiscalização prévia, e a 31 de julho de 2014 foi assinado entre o ICAT, a FCUL e a FFCUL um acordo de pagamento e quitação da dívida, a transitar do ICAT para a FCUL.

- A forma de regularização da dívida à FFCUL ficou dependente de acordo posterior entre a FCUL e a FFCUL, dado que a regularização da dívida não poderia ocorrer antes da extinção formal do ICAT, que se arrastou até julho de 2015 (altura em que foi emitida decisão final do Tribunal do Comércio, a que se seguiu a última Assembleia Geral e o registo da extinção).
- Em dezembro de 2015 foi assinado o acordo entre a FCUL e a FFCUL que define a forma de pagamento e quitação da dívida que transitou do ICAT para a FCUL. Neste acordo foi mantido a prazo anteriormente estipulado com o ICAT, setembro de 2019, e acordado um pagamento trimestral de valor uniforme, com início de contagem no último trimestre de 2015 e início de pagamentos no primeiro trimestre de 2016. Desta forma, no R&C de 2015 a dívida mantém-se inalterada nos registos.

Atividade da FFCUL em 2015

1.1 Projetos

Em 2015, foram apresentadas 612 candidaturas (Tabela 1):

Tipo de Projeto	2012	2013	2014	2015					
				Total		Proponente		Participante	
	N	N	N	N	Valor	N	Valor	N	Valor
Unidades de I & D	0	28	28	19	2.798.805	12	1.865.324	7	933.481
Projetos Nacionais (PIN)	357	153	63	464	44.920.641	276	36.723.161	188	8.197.480
Projetos Europeus (PIE)	55	34	49	72	32.650.218	41	25.462.961	31	7.187.257
Investigação sob Contrato (IsC)	34	42	63	46	1.318.850	45	1.269.042	1	49.808
Conferência, Curso, Workshop	13	15	14	11	19.066	11	19.066	0	0
Total	459	272	217	612	81.707.580	385	65.339.554	227	16.368.026

Tabela 1 – Candidaturas submetidas em 2015

Análise:

- Na categoria de *Projetos Nacionais*, o número de candidaturas aumentou significativamente, sendo o programa com maior participação o de Projetos em Todos os Domínios Científicos (PTDC) 2014. As restantes candidaturas incluíram os programas CERN 2015, Tubitak 2014, ERANETMED, E-RARE 2, ERA-NET TRANSCAN – 2, ERA-NET NEURON 2015, JPND, ERA-NET Water Works, M-ERA.NET 2015, COFASP 2015, INNO INDIGO, BIODIVERSA 3, PAC, FACC, Associação Laço, Fundação BIAL, Fundação Calouste Gulbenkian, Infarmed, Gilead e FLAD.
- No domínio dos *Projetos Europeus* aumentou o número de candidaturas (e o valor associado). Destacam-se os programas do H2020 (*Excellent Science, Industrial Leadership, Societal Challenges, Spreading excellence and widening participation*), da Cystic Fibrosis Foundation e da ESA (Agência Espacial Europeia).

Em 2015 iniciaram-se 116 novos projetos (Tabela 2):

Tipo de Projeto	2012		2013		2014		2015	
	Q	€	Q	€	Q	€	Q	€
Unidades de I & D	0*	0*	28	1.991.126	28	1.764.438	19	2.870.310
Projetos Nacionais (PIN)	84	4.449.655	68	3.062.518	63	3.712.168	30	702.423
Projetos Europeus (PIE)	17	2.573.628	16	3.249.153	18	3.020.444	10	2.267.556
Investigação Sob Contrato (IsC)	34	1.087.518	42	852.842	68	1.901.359	46	1.318.850
Conferências, Cursos, Workshops	13	248.880	15	164.555	14	132.985	11	19.066
Total	148	8.359.681	169	9.320.194	191	10.531.394	116	7.178.205

*Financiamento 2011-2012 - 28 Unidades de Investigação - 6.679.703,00€

Tabela 2 – Projetos iniciados de 2012 a 2015 por tipologia de projeto e valor de financiamento associado.

Análise:

- Nas Unidades de I&D, aumentou o valor do financiamento anual (+ 1.105.872€).
- O número de novos projetos nacionais diminuiu significativamente (-52%). Com efeito, não se iniciaram ainda os 61 projetos aprovados no concurso PTDC 2014. Nos 30 projetos iniciados em 2015, a FFCUL é *proponente* em 27 (593.578€) e *participante* em 3 (108.845€).
- O número de novos projetos europeus (10) diminuiu, uma variação de -44% face a 2014; a FFCUL coordena 6 (1.113.009€) e é participante nos restantes 4 (1.154.546€).
- O número de novos projetos de Investigação sob contrato, Conferências e Cursos também reduziu significativamente, em número e valor (-32%) e (-21%), face a 2014.

Em 2015 concluíram-se (material e financeiramente) 172 Projetos (Tabela 3) com maior destaque para projetos dos programas CERN, Exploratórios 2012 e 2013, Incentivo 2014, Ciência Viva, PPCDT, PTDC e Programa Estratégico:

<i>Tipo de Projeto</i>	2011	2012	2013	2014	2015
Unidades de I & D	1	0	37	8	27
Projetos Nacionais (PIN)	94	74	187	103	128
Projetos Europeus (PIE)	7	11	16	0	8
Investigação sob Contrato (IsC)	46	69	0	1	8
Conferência, Curso, Workshop	9	20	0	0	1
Total	157	174	240	112	172

Tabela 3 – Projetos concluídos entre 2011 e 2015

Deu-se continuidade ao encerramento contabilístico² de Centros de Custo (CC) (Tabela 4):

<i>Tipo de Projeto</i>	2011	2012	2013	2014	2015
Unidades de I & D	81	0	1	5	10
Projetos Nacionais (PIN)	174	6	269	92	119
Projetos Europeus (PIE)	19	0	18	6	12
Investigação sob Contrato (IsC)	84	65	138	78	49
Conferência, Curso, Workshop	80	11	66	22	15
Total	438	82	492	203	205

Tabela 4 – Projetos encerrados contabilisticamente entre 2011 e 2015

O encerramento de CC's manter-se-á como prioridade em 2016, apesar de se terem já encerrado desde 2009, 1910 projetos; todavia, o número total de projetos já concluídos mas não encerrados contabilisticamente é ainda significativo.

² A **conclusão** da execução financeira e material de um projeto significa apenas o reporte de acordo com as regras da entidade financiadora. O **encerramento** de um projeto significa o fecho do centro de custo (CC) aberto no sistema de contabilidade espelhando os movimentos de receitas e despesas de acordo com as regras do SNC.

A tabela 5 descreve a situação global da carteira de projetos geridos pela FFCUL desde a sua formação (2868). Destaque-se o número de projetos ativos em 2015 (369):

<i>Tipo de Projeto</i>	<i>Ativos</i>	<i>Concluídos</i>	<i>Encerrados</i>
Unidades de I & D	19	111	105
Projetos Nacionais (PIN)	40	411	1067
Projetos Europeus (PIE)	43	43	75
Investigação sob Contrato (IsC)	227	18	425
Conferência, Curso, Workshop	40	6	238
Total	369	589	1910

Tabela 5 – Número de projetos geridos pela FFCUL desde a sua constituição, em 1993

1.2 Recursos Humanos

A carteira de projetos em execução em 2015 e os montantes aprovados determinam o número de colaboradores da FFCUL e o tipo dos vínculos: Contrato de Trabalho (sem termo, a termo certo ou a termo incerto) e Bolsa (de Investigação).

Os colaboradores da FFCUL distribuem-se por dois principais grupos beneficiários:

- FFCUL - Equipa Administrativa e Técnica (códigos 11-15 da Tabela 6)
- Unidades do sistema de I&D - UI&D; PIN; PIE e IsC (códigos 21-25 da Tabela 6)

<i>Código</i>	<i>Tipos de Contrato</i>	<i>Q</i>	<i>Q (%)</i>	<i>€</i>	<i>€ (%)</i>
11	FFCUL. Contratos de trabalho sem termo	26	5,8%	608.032,76	17,5%
12	FFCUL. Contratos de trabalho a termo certo	2	0,4%	26.276,22	0,8%
13	FFCUL. Contratos de trabalho a termo incerto	1	0,2%	31.516,89	0,9%
15	FFCUL. Bolsas de Investigação	3	0,7%	41.400,00	1,2%
21	UI&D FCUL. Contratos de trabalho sem termo	7	1,6%	188.562,97	5,4%
22	UI&D FCUL. Contratos de trabalho a termo certo	4	0,9%	121.315,97	3,5%
23	UI&D FCUL. Contratos de trabalho a termo incerto	5	1,1%	188.940,26	5,4%
25	Unidades do sistema FCUL. Bolsas de Investigação	399	89,3%	2.276.210,90	65,4%
TOTAL.....		447	100,0%	3.482.255,96	100,0%

Tabela 6 – Distribuição por tipo de ligação contratual e encargos com os colaboradores da FFCUL em 2015

As Tabela 7 e a Tabela 8, bem como a Figura 1, a Figura 2 e a Figura 3, sintetizam informação relevante adicional relativa a recursos humanos em 2015.

<i>Tipo de Projeto</i>	<i>Q</i>				<i>€</i>
	<i>Contrato sem termo</i>	<i>Contrato a termo certo</i>	<i>Contrato a termo incerto</i>	<i>Bolsas de Investigação</i>	
FFCUL	26	2	1	3	707.225,87
Unidades de I&D	6	1		64	411.072,98
Projetos Nacionais (PIN)			1	95	595.540,77
Projetos Europeus (PIE)	1	3	3	134	1.206.425,72
Investigação Sob Contrato (IsC)			1	106	561.990,61
TOTAL.....	33	6	6	402	3.482.255,96

Tabela 7 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por beneficiário e tipo de ligação contratual

<i>Tipo de Projeto</i>	<i>Q</i>					<i>€</i>
	<i>Direção</i>	<i>Coordenação de Programas</i>	<i>Gestão de Projetos</i>	<i>Administração & Gestão</i>	<i>Investigação</i>	
FFCUL	2	4	11	13	2	707.225,87
Unidades de I&D				7	64	411.072,98
Projetos Nacionais (PIN)					95	595.540,77
Projetos Europeus (PIE)				1	141	1.206.425,72
Inv. Sob Contrato (IsC)					107	561.990,61
TOTAL.....	2	4	11	21	409	3.482.255,96

Tabela 8 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por beneficiário e função

Na Figura 1, distribui-se o número de colaboradores em função dos grupos beneficiários:

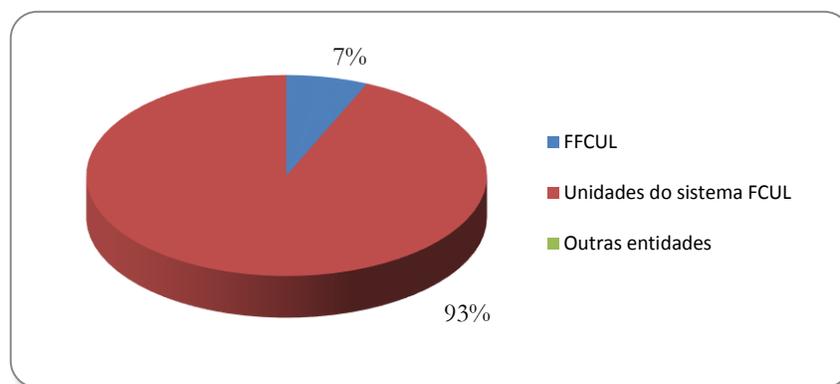


Figura 1 - Principais grupos beneficiários dos colaboradores da FFCUL

Na Figura 2, distribui-se o número de colaboradores em função da natureza do regime contratual:

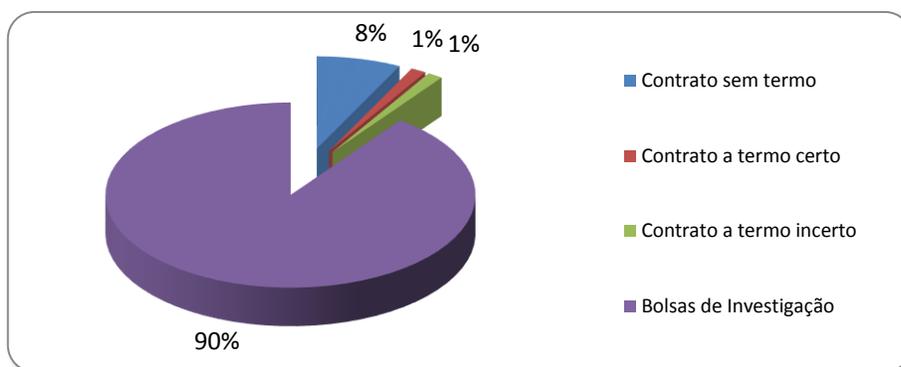


Figura 2 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por tipo de ligação contratual

Na Figura 3, distribui-se o número de colaboradores em função da natureza das funções exercidas:

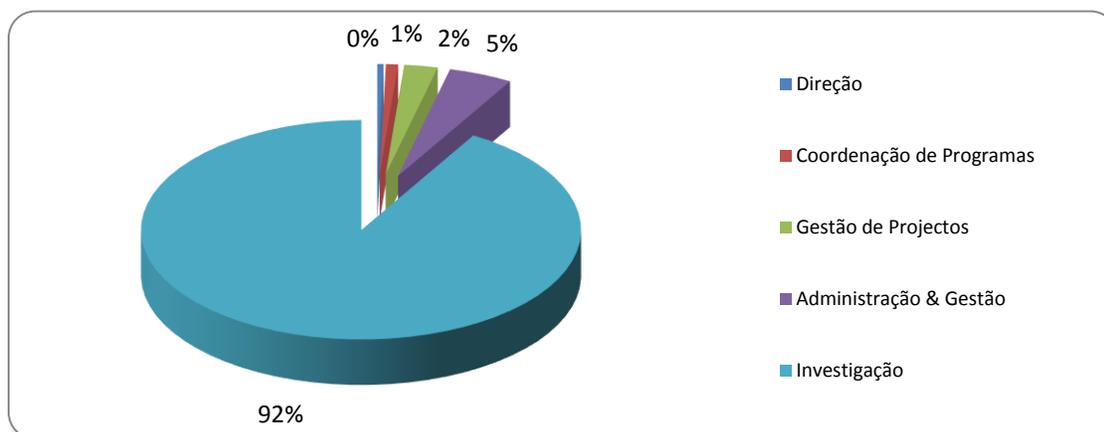


Figura 3 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por tipo de beneficiário

Os Bolseiros (código 25 na Tabela 6) constituem o grupo mais significativo. Em 2015 os indicadores associados diminuíram, tanto em número (-51) como em custo (-411k€) relativamente ao ano anterior, atingindo 2.318k€. O seu financiamento foi assegurado por:

• Fundação	:	41.400€ (2%)
• Unidades de I&D	:	233.581€ (10%)
• Projetos de Investigação Nacional	:	550.924€ (24%)
• Projetos de Investigação Europeus	:	950.539€ (41%)
• Investigação sob Contrato	:	541.166€ (23%)

A distribuição dos indicadores relativos a Bolseiros está representada na Figura 4:

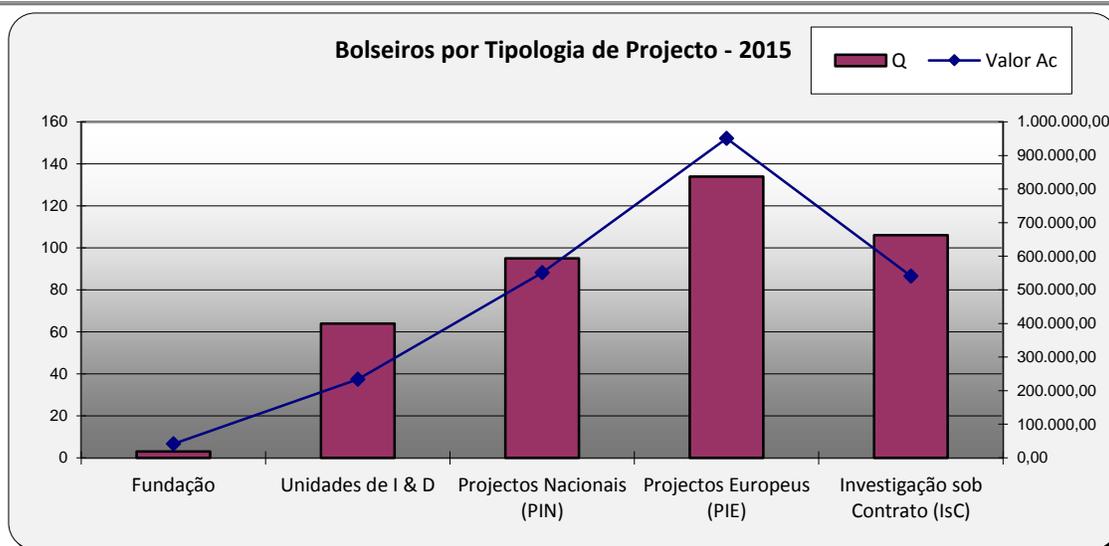


Figura 4 – Distribuição dos Bolses por tipo de projeto financiador

1.3 Estrutura central da FFCUL

A tabela 9 descreve a evolução do número de colaboradores da estrutura central da FFCUL:

	2011	2012	2013	2014	2015
Contratos Sem Termo	16	19	26	27	26
Contratados a Termo	8	8	4	8	3
Prestação de Serviços	13	0	0	0	0
Bolses de Gestão de Ciência e Tecnologia	0	0	0	3	3
TOTAL	37	27	30	38	32

Tabela 9 – Evolução do número de colaboradores da estrutura central da FFCUL

A Tabela 10 descreve a evolução dos gastos de estrutura da FFCUL³:

Rubrica	2014	2015
Recursos Humanos	753 952,24	733 090,05
Aquisição de Serviços	178 452,82	162 615,76
Outras Despesas Correntes	41 789,95	67 731,62
Equipamento	19 203,44	17 425,55
Total	993 398,45	980 862,98

Tabela 10 – Evolução dos gastos de estrutura da FFCUL (em €)

Análise:

- Os **Recursos Humanos** constituem a rubrica de maior peso e abrange um grupo de 29 funcionários e 3 Bolses. A diminuição do seu custo (-21k€) em 2015 está associado à

³ Os valores relativos são extraídos, como sempre, da tabela de Estrutura de Gastos e Rendimentos (Tabela 31, secção 2.3, deste relatório de 2015, e secções correspondentes nos relatórios de anos anteriores).

caducidade de cinco contratos a termo, 4 deles estágios profissionais financiados a 70% pelo IEFP para apoio ao empreendedorismo, inovação e transferência de tecnologia e à rescisão de um contrato sem termo afeto ao núcleo financeiro.

- Tal como no passado, as despesas com **Aquisição de Serviços** incidem sobre os serviços de contabilidade e recursos humanos, auditoria, aconselhamento jurídico, apoio técnico informático, higiene e medicina no trabalho, transferência de tecnologia e propriedade intelectual. Em 2015 verifica-se uma ligeira diminuição (-16k€) face a 2014.
- Em **Outras Despesas Correntes** contemplam-se as despesas com material de escritório, serviços de estafeta, comunicações, deslocações e formação. O aumento desta componente deve-se maioritariamente a correções relativas a anos anteriores através da reclassificação de despesas consideradas não elegíveis pelos financiadores.
- Finalmente, a rubrica de **Equipamento** inclui a depreciação de equipamentos e os custos ou licenças de software (aparelho de ar condicionado, impressora / fotocopiadora, atualização do software Primavera - nº licenças) e a compra de mobiliário de escritório utilizado no aumento do espaço do arquivo morto e mobiliário e micro-ondas para a sala de refeições dos funcionários da FFCUL e alunos, que foi instalada junto ao bar do C1.

1.4 Indicadores de gestão da FFCUL

1.4.1 Fluxos de Pedidos de Pagamento à FCT

Um importante indicador de gestão da atividade específica da FFCUL é o fluxo de pedidos de pagamento (PP) à entidade financiadora FCT. A produção de PP's obriga à integração da informação negociada em fase de candidatura, da execução financeira e material e da consolidação entre o sistema de informação e o sistema contabilístico.

Em 2015, devido à diminuição do número de projetos FCT ativos e à baixa execução das Unidades de Investigação no 1º Semestre, o número de PP's diminuiu (-30%), o mesmo acontecendo à despesa reportada (-28%) em relação a 2014 (Tabela 11):

Entidade	Valor			Q		
	2014	2015	Var %	2014	2015	Var %
FFCUL (promotora)	6 009 896	4 682 067	-22%	669	498	-26%
Outras Entidades (parceiras)	1 084 816	526 720	-51%	324	189	-42%
FFCUL (parceira)	1 117 104	676 086	-39%	249	180	-28%
Total	8 211 817	5 884 873	-28%	1242	867	-30%

Tabela 11 – Despesa Reportada através de PP's em 2014 e 2015 à FCT

1.4.2 Encerramento contabilístico

O número de CC's encerrados contabilisticamente constitui um indicador muito relevante para a atividade da FFCUL (Figura 5):

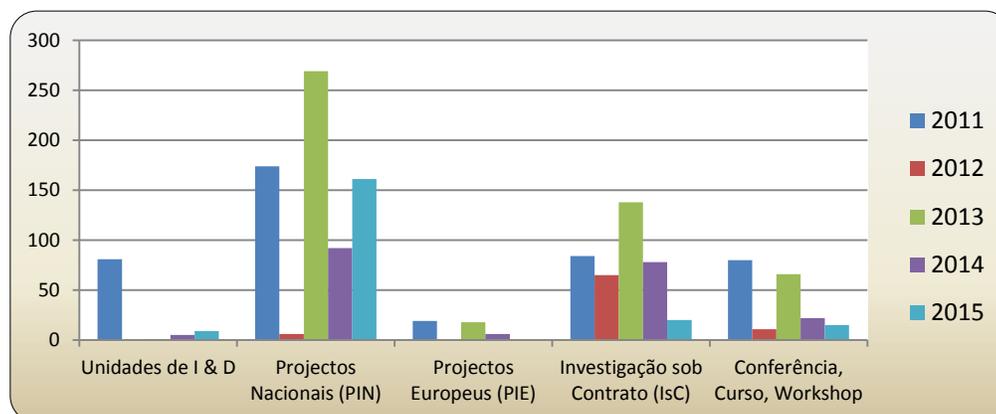


Figura 5 – Evolução do número de CC's encerrados contabilisticamente

Este processo foi iniciado, de uma forma sistemática, no 2º semestre de 2009, tendo sido já encerrados, 1910 projetos. Todavia, o número total de projetos concluídos e ainda não encerrados contabilisticamente é ainda significativo (Tabela 5) e o risco financeiro associado, embora cada vez menor, é difícil de quantificar. O encerramento de CC's manter-se-á assim como prioridade em 2016.

1.5 Atividades dos núcleos operacionais da FFCUL

1.5.1 Atividades comuns

Como atividades transversais a todos os núcleos da FFCUL em 2015 refiram-se:

- os contributos para alimentar o sistema LOGOS / FUNDUS com informação relativa aos projetos de todos os tipos;
- a utilização operacional do sistema LOGOS / CENSUS para gerir a informação relativa a todos os bolseiros e demais contratados da FFCUL;
- a atualização da Base de Dados de Gestão Financeira de Projetos;
- adaptação ao sistema GOA e ao novo formato de requisição e validação de despesa (iniciada em 2014);
- a implementação pela Unidade de Informática da FCUL de um sistema on-line de gestão do processo de candidaturas e de avaliação de bolsas da FFCUL – *eBolsas*;

- a formação e sensibilização dos funcionários da FFCUL em conceitos básicos de propriedade industrial (PI) e na melhoria da coordenação com a FCUL na gestão da PI.

1.5.2 Núcleo de Projetos de Investigação Europeus / Internacionais (NPIE)

Este Núcleo contou com a colaboração de 6 elementos durante o primeiro semestre de 2015 para fazer face (1) ao crescente apoio prestado à preparação de candidaturas a projetos europeus, (2) à diversificação de programas de financiamento e (3) à crescente necessidade de disseminação de oportunidades de financiamento junto dos investigadores da FCUL.

No 2º semestre do ano, a equipa ficou reduzida a 5 elementos, tendo uma das colaboradoras sido transferida para o Núcleo de ISC.

A atividade do Núcleo centrou-se no apoio à preparação de candidaturas ao Horizonte 2020 (H2020) e outros programas internacionais, à gestão financeira necessária à boa execução dos projetos e ao acompanhamento do processo de preparação de contratos dos projetos financiados no âmbito do H2020 (incluindo uma coordenação).

Foram ainda realizadas diversas reuniões de trabalho com as Unidades de I&D da FCUL, para (1) divulgação das oportunidades de financiamento de Programas Internacionais, em particular do H2020, (2) familiarizar os investigadores com a estrutura e esquemas de financiamento do H2020 e (3) divulgar o apoio prestado por este Núcleo desde a preparação da proposta, até à sua aprovação e posterior fase de execução do projeto.

Em 2015 o Núcleo foi responsável pela gestão de 82 projetos ativos (incluindo prestações de serviços internacionais), dos quais 2 coordenações de projetos H2020.

Neste período, foram apresentadas e acompanhadas a nível administrativo e financeiro pela FFCUL, um total de 72 candidaturas (Tabela 12).

Com o lançamento em 2015 do Programa de Trabalho dos concursos do H2020 para 2016-17, a apresentação de propostas centrou-se principalmente nos tópicos a concurso neste Programa. Foram submetidas 66 candidaturas, 34 das quais com Coordenação da FFCUL. Estes números refletem o crescente interesse da comunidade de Ciências pelos programas de financiamento europeus e a crescente aceitação dos desafios de coordenação.

Entre os programas com maior número de propostas submetidas, destacam-se os temas *Information and Communication Technologies*, no pilar da Liderança Industrial, *Health*, no âmbito dos Desafios Sociais, e *Marie Skłodowska-Curie (Individual Fellowships e Innovative Training Networks)* no pilar da Excelência Científica.

Tal como em anos anteriores, durante o processo de candidaturas foram mantidos e usados intensamente os canais de colaboração com o Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de I&DT (GPPQ), no sentido de obter apoio na preparação das candidaturas, participando-se também nas várias sessões de esclarecimento promovidas por este organismo.

Programa	Subprograma	Área	Call	Nº candidaturas	Nº Coordenador / Nº Participante	Financiamento FFCUL/FCUL	Total orçamentado	
H2020	Societal Challenges	Health	H2020-PHC-2015-2-stage	3	3/0	3.176.650,00 €	17.036.041,25 €	
			H2020-PHC-2015-single-stage	4	1/3	1.736.937,00 €	15.384.841,25 €	
		Environment	H2020-SC5-2015-one-stage	2	0/2	629.687,50 €	16.874.697,50 €	
			H2020-SC5-2015-two-stage	1	0/1	TBC	7.000.000,00 €	
			H2020-WATER-2015-two-stage	1	0/1	299.500,00 €	7.900.000,00 €	
			H2020-SFS-2015	1	0/1	222.500,00 €	6.999.578,75 €	
		Food Security	H2020-ISIB-2015-2-stages	1	0/1	314.875,00 €	5.242.875,00 €	
			H2020-LCE-2015-1-two-stage	1	1/0	TBC	3.520.000,00 €	
		Secure Societies	H2020-DS-2015-1	1	1/0	714.062,50 €	3.445.875,75 €	
		Information & Communications Technologies	H2020-EUB-2015	2	0/2	650.875,00 €	10.382.550,00 €	
	H2020-ICT-2015		5	1/4	2.085.151,25 €	20.229.928,75 €		
	H2020-LEIT-BIO-2015-1		1	1/0	TBC	6.252.292,00 €		
	Industrial Leadership	Advanced Materials, Biotechnology and Advanced Manufacturing and Processing	H2020-NMP-2015-two-stage			250.178,75 €	4.998.417,75 €	
				1	0/1			
		Space	H2020-EO-2015	1	0/1	180.423,75 €	2.999.867,50 €	
			H2020-COMPET-2015	2	0/2	181.437,50 €	2.499.250,00 €	
	Excellent Science	ERC	H2020-ERC-2015-STG	2	2/0	2.935.403,00 €	2.935.403,00 €	
			H2020-ERC-2015-ADG	2	2/0	4.335.075,00 €	4.335.075,00 €	
		Marie Curie	H2020-MSCA-ITN-ETN-2015	6	1/5	2.145.206,24 €	20.426.639,58 €	
			H2020-MSCA-IF-2015	8	8/0	1.323.147,00 €	1.323.147,00 €	
		FET	H2020-FETOPEN-2014-2015-RIA	10	4/6	5.967.478,00 €	34.080.186,00 €	
		Infrastructures	H2020-EINFRA-2015-1	1	1/0	580.750,00 €	3.311.073,00 €	
	Spreading Excellence and widening participation	Spreading excellence and widening participation	Twinning	H2020-TWINN-2015	4	3/1	1.306.223,75 €	4.855.464,50 €
				H2020-SEAC-2015-1	1	0/1	125.875,00 €	1.799.476,13 €
		Science with and for Society						
	COST	NA	NA		5	5/0	2.600.000,00 €	2.600.000,00 €
	Cystic Fibrosis Foundation	NA	NA		3	3/0	720.557,00 €	720.557,00 €
Outras	NA	NA		3	3/0	168.225,00 €	168.225,00 €	
Total				72	41/31	32.650.218,24 €	207.321.461,71 €	

Tabela 12 – Número de candidaturas apresentadas em 2015 por programa e tema

Cinco das propostas apresentadas no âmbito do H2020 referem-se a Ações COST lideradas pela FFCUL. Apesar de nenhuma ter sido aprovada, foram, ainda assim, aprovadas cinco candidaturas de Investigadores de Ciências a Delegados Nacionais para Ações recentemente constituídas (quatro para membros efetivos e uma para membro substituto).

Em 2015 tiveram início 14 novos projetos, dos quais 6 do H2020 (Tabela 13):

Programa	Subprograma	Área	Call	Nº projetos	Nº Coordenador / Nº Participante	Financiamento FFCUL/FCUL	Total orçamentado
	<i>Excellent Science</i>	<i>Marie Curie</i>	H2020-MSCA-IF-2014	1	1/0	220.883,00 €	220.883,00 €
		<i>Infrastructures</i>	H2020-INFRAIA-2014-2015	1	0/1	66.692,00 €	4.999.144,00 €
H2020	<i>Industrial Leadership</i>	Information & Communications Technologies	H2020-ICT-2014-1	1	0/1	701.875,00 €	5.398.280,00 €
	<i>Societal Challenges</i>	<i>Secure Societies</i>	H2020-DRS-2014	1	1/0	682.938,00 €	2.999.871,00 €
		<i>Environment</i>	H2020-SC5-2014-one-stage	1	0/1	88.625,00 €	2.092.689,00 €
	<i>Agência Espacial Europeia (ESA)</i>	<i>ESA</i>	NA	1	0/1	49.808,00 €	49.808,00 €
	<i>Cystic Fibrosis Foundation</i>	NA	NA	2	2/0	516.390,00 €	516.390,00 €
	<i>Outros</i>	NA	NA	7	0/7	56.865,97 €	56.865,97 €
		Total		15	4/11	2.384.076,97 €	16.333.930,97 €

Tabela 13 – Número de projetos iniciados em 2015 por programa e tema

O Núcleo apoiou ainda as fases contratuais dos projetos aprovados no âmbito do H2020, nomeadamente no que respeita à inserção da FCUL como ‘3rd party’ da FFCUL, revisão dos contratos de consórcio (*Consortium Agreement*) e acompanhamento do processo de inserção dos dados da instituição na plataforma ‘online’ da Comissão Europeia (*Participant Portal*).

1.5.3 Núcleo de Projetos de Investigação Nacionais (NPN)

O NPN contava, em Dezembro de 2015, com 7 colaboradores.

A atividade do Núcleo foi marcada, em 2015, pela acentuada diminuição do número de projetos em execução financiados pela FCT. Os 148 projetos ativos no final de 2014, ficaram, em finais de 2015, reduzidos a 40, após a conclusão dos projetos do PTDC de 2009 e 2010 e dado que não foram iniciados os projetos do concurso PTDC 2014.

Estes números traduziram-se igualmente numa diminuição do número de pedidos de pagamento (678) emitidos em 2015, face aos 918 de 2014. Esta redução do volume de trabalho permitiu, todavia, realizar o encerramento contabilístico e financeiro de 182 projetos com execução já concluída.

Pela positiva, realce-se o valor do financiamento atribuído em 2015 às 19 Unidades de I&D após a conclusão do processo de avaliação iniciado em 2013, de cerca de 2.8 M€ anuais para 2015-2017⁴. Falta, à data, ainda oficializar a parceria da FFCUL em mais uma unidade de investigação, pelo que a FFCUL passará a gerir 20 Unidades de I&D.

⁴ À data não é ainda conhecido o novo valor do financiamento a atribuir ao CEAUL e ao LASIGE na sequência de recursos aos quais foi dado provimento em 2016. Não se considerou ainda o valor revisto do financiamento do CMAFIO, cuja classificação passou a Excelente em 2016.

Em agosto de 2015, a FCT divulgou os resultados do concurso PTDC 2014. Foram aprovadas 61 das 410 propostas submetidas pela FFCUL - uma taxa de aprovação de 14,9 %, acima da taxa nacional de 13% (Tabela 14). Por atrasos na homologação, à data, tais projetos ainda não se iniciaram. O financiamento aprovado para os três anos de execução ultrapassará os 7,4 M€:

FCT Concurso PTDC 2014	Nº Projetos Aprovados	%	Orçamento FFCUL	Orçamento para Parceiros	Totais
FFCUL Proponente	38	15,64	5.846.626,62 €	699.715,38 €	6.546.342,00 €
FFCUL Participante	23	13,77	892.067,00 €		892.067,00 €
Totais	61	14,88	6.738.693,62 €	699.715,38 €	7.438.409,00 €
Nível Nacional	689	13%			118.700.000,00 €

Tabela 14 – Resultados do PTDC 2014 para a FFCUL

A FCT abriu em 2015 concursos para diversos programas de cooperação com entidades congéneres estrangeiras para a realização de projetos em consórcio aos quais a FFCUL concorreu num total de 17 candidaturas:

- Tubitak 2014
- ERANETMED
- E-RARE 2
- ERA-NET TRANSCAN – 2
- ERA-NET NEURON 2015
- JPND
- ERA-NET Water Works
- M-ERA.NET 2015
- COFASP 2015
- BIODIVERSA 3

Destas candidaturas foi já aprovado 1 projeto, tendo 5 passado à 2ª fase.

A FFCUL concorreu ainda a financiamento FCT no âmbito dos programas CERN 2015 (4), FACC (3) e Cooperações Bilaterais (3), tendo sido bem-sucedida em 4 casos.

Dos concursos abertos em 2014 foram já aprovados 4 projetos, nos programas:

- FAPESP - Protocolo de colaboração entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
- E-RARE 1
- AAL Programme Call 2014
- ERA-MIN

A Fundação Calouste Gulbenkian, a Gilead Sciences, Lda e a Fundação Bial, a Ciência Viva e a FLAD financiaram igualmente a atividade científica gerida pelo NPN. Destaca-se ainda a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) através do Programa AdaPT (Adaptando Portugal às Alterações Climáticas) que financiou 3 projetos onde se destaca, do ponto de vista financeiro, o projeto ClimAdaPT.Local.

Em novembro encerrou o concurso ao Programa de Atividades Conjuntas (PAC), concurso aberto no âmbito do Portugal-2020 e destinado unicamente a Unidades de I&D. A FFCUL participou, em consórcio com entidades congéneres, em 7 candidaturas (4 como proponente e 3 como participante). Sem que os objetivos se pudessem sobrepor aos das Unidades de Investigação (de acordo com as regras do Programa), as diversas candidaturas procuraram contribuir para responder a grandes desafios sociais, ou colmatar lacunas no tecido científico e tecnológico, identificadas no país ou nas regiões e alinhados com as prioridades identificadas na estratégia de I&I para a especialização inteligente (RIS3).

A abertura de um novo concurso PTDC previsto para o início de 2016 e o início de 61 novos projetos já aprovados do PTDC 2014, permite esperar que a atividade habitual do NPN com a FCT retome a sua intensidade tradicional.

1.5.4 Núcleo Projetos de Investigação sob Contrato (NPISC)

O NPISC contou durante 2015 com 3 colaboradores. No final do 1º semestre, uma colaboradora do NPISC foi transferida para o Núcleo Financeiro sendo substituída por uma colaboradora do NPIC.

Em 2015, foram geridos 274 centros de custos (investigação sob contrato, eventos e donativos ou prémios). Foram realizados 28 eventos de diferentes tipos, todos financeiramente geridos pela FFCUL. Sintetizam-se na Tabela 15 e na Tabela 16 indicadores associados a estes eventos:

Tipo de evento	Nº eventos realizados	Nº total de participantes	Nº médio participantes/ evento
Curso	23	212	9
Conferência	2	115	58
Workshop	3	58	19
Meeting	-	-	-
Mini-curso	-	-	-
Total	28	385	-

Tabela 15 – Número de Eventos e de participantes

Tipo de evento	Inscrições S/ IVA	Apoios/ Donativos isentos de GG	Apoios/ Donativos	Faturação/ Patrocínios C/ IVA	Valor total recebido S/ IVA
Curso	27.946,00 €	-	1.000,00 €	-	28.946,00 €
Conferência	35.898,00 €	5.000,00 €	-	-	40.898,00 €
Workshop	4.635,50 €	-	-	-	4.635,50 €

Meeting	-	-	-	-	-
Mini-curso	-	-	-	-	-
Total	68.479,50 €	5.000,00 €	1.000,00 €	0,00 €	74.479,50 €

Tabela 16 – Valores recebidos por tipo de evento

A faturação total dos projetos e eventos geridos pelo Núcleo foi de 1.781.663,00€, tendo sido já recebido 1.571.487,00€ (Tabela 17):

Faturação do período	1.781.662,74 €
Recebimentos do período referentes a faturação do mesmo	1.571.487,08 €
Pendentes do período (deduzido de imparidades)	210.175,66 €
Recebimentos do período referentes a faturação de anos transatos	357.997,39 €
Subsídios/Donativos	3.590,74 €
Apoios isentos de GG (ex: Prémios)	0,00 €

Tabela 17 – Dados financeiros do NPISC relativos a 2015

Não foi necessário levar nenhuma fatura emitida a Imparidades, uma vez que ou os documentos emitidos foram já pagos na sua totalidade, ou foi já acordado um plano de pagamentos que tem sido cumprido pelas entidades devedoras.

Em 2015 foram abertos 53 novos centros de custos, distribuídos nos termos da Figura 6:

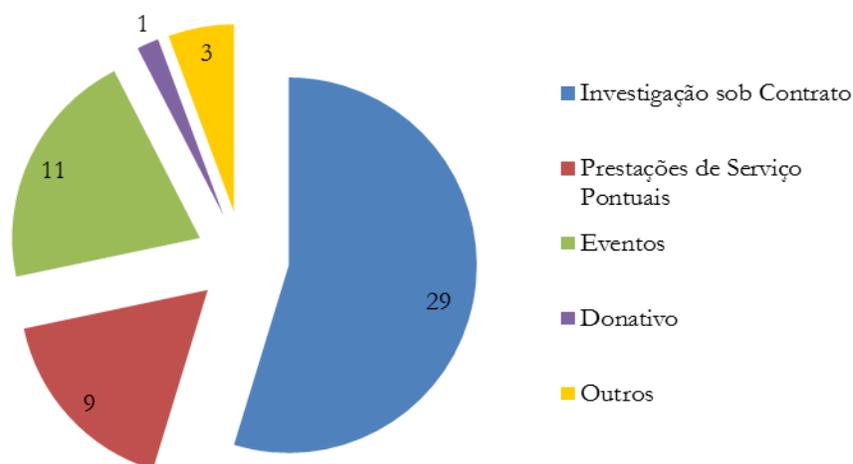


Figura 6 – Número de centros de custos abertos em 2015 no NPISC, por tipologia de projeto

O montante contratualizado relativo aos 29 centros de custos abertos no âmbito de Investigação sob Contrato foi de 1.505.859,00€. A faturação relativa aos projetos de Prestação de Serviços pontuais foi de 33.745,00€.

Manteve-se o processo de encerramento contabilístico de Centros de Custo, tendo o Núcleo encerrado 87 centros.

Foi ainda recebido um donativo privado, no valor de 4.000 USD, proveniente de uma família americana, cujo filho padece de fibrose quística e que pretendeu assim reconhecer e premiar o intenso trabalho de investigação do BioISI, desenvolvido através da FFCUL, sobre esta doença. Foi a primeira vez que a Fundação recebeu um financiamento desta natureza.

1.5.5 Núcleo Financeiro

Este Núcleo contava em Dezembro de 2015, com 12 colaboradores. Por motivos de reestruturação interna e substituição por maternidade, procedeu-se, no final do 1º semestre, à transferência de uma das colaboradoras do NPISC para o Núcleo Financeiro.

Com a passagem da FFCUL a Fundação Pública de Direito Privado, a Fundação passou a efetuar reportes mensais à DGO.

Manteve-se a execução dos procedimentos decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP – e.g. requisições), o controlo dos procedimentos da Contabilidade, a elaboração dos contratos de Recursos Humanos (funcionários, bolseiros, avançados), a emissão da faturação, o controle mensal dos mapas de gestão de tesouraria e da relação FFCUL-FCT.

Destacam-se os seguintes indicadores relativos a 2015:

- A faturação total foi de 2.329.756,88€ com a seguinte distribuição (Tabela 18):

Tipologia	Número de faturas	Valor faturado
Prestações de Serviços Nacionais	226	1 651 269,82 €
Eventos	18 + 318 (faturas/recibo)	110 985,50 €
Prestações de Serviços Internacionais	23	449 372,06 €
Projetos Nacionais e Unidades de I&D	20	118 129,50 €

Tabela 18 – Faturação em 2015

- O prazo médio de recebimentos diminuiu para 46 dias;
- Entraram em tesouraria 12.511.977€ (referente a subsídios e faturação) - uma diminuição de 3% em relação ao ano anterior;
- Efetuaram-se 3614 requisições internas a fornecedores, no valor total de 4.133.919€, das quais 36 (no valor de 425.417€) se referiram a processos de ajuste direto de regime geral. Em média, mensalmente, efetuaram-se 301 requisições, com um valor médio de 344.493€;
- O movimento de tesouraria manteve-se ao mesmo nível do ano anterior. O prazo limite para reembolso aos Investigadores manteve-se nas 2-3 semanas; os pagamentos a fornecedores, efetuaram-se, em média, a 30 dias.

- Movimentaram-se 12.464.515€ em pagamentos a fornecedores, transferências para parceiros, reembolsos a investigadores e pagamento de vencimentos e bolsas (+2%) face a 2014.

1.6 Relacionamento com a FCT

Mantiveram-se boas relações entre a Administração da FFCUL e a Direção da FCT, instrumentais para que os fluxos financeiros de reembolso de PPs se mantivessem em níveis razoavelmente estáveis, resultado de um ritmo estável de despesa reportada *versus* despesa validada.

A Tabela 19, a Figura 7 e a Figura 8 permitem avaliar a situação em 2015. Os dados são atualizados mensalmente com a regularização pela FCT da situação de meses anteriores.

#		2012	2013	2014	2015	2015											
		TOTAIS	TOTAIS	TOTAIS	TOTAIS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.0	BOLSAS																
1.1	Nº de bolsas integradas em projectos FCT activas no mês					87	74	72	73	70	69	59	51	56	53	51	41
1.2	Valor total mensal das bolsas activas	2.093.064	1.865.113	1.521.301	780.333	85.094	74.821	70.625	74.194	69.248	73.235	56.373	52.326	58.006	59.320	58.853	48.239
2.0	PROJECTOS e PP																
2.1	Nº de projectos em execução					139	133	127	122	116	113	88	83	73	52	46	41
2.1.1	Concursos de 2006																
2.1.2	Concursos de 2008																
2.1.3	Concursos de 2009					3	2	1									
2.1.4	Concursos de 2010					54	51	47	45	41	39	19	16	8			
2.1.5	Concursos de 2012					44	44	44	44	43	42	41	41	39	30	24	19
2.1.6	Concursos de 2013					20	18	17	15	14	14	10	8	8	4	4	4
2.1.7	Unidades de I&D / Projectos Estratégicos					18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18
2.2	Nº de PP emitidos no mês	1.126	955	907	677	57	68	77	55	47	64	39	27	77	63	50	53
2.2.1	Concursos de 2006																
2.2.2	Concursos de 2008	466	247	69													
2.2.3	Concursos de 2009	180	96	124	35	8	6	8	7	1	3						
2.2.4	Concursos de 2010	264	98	114	114	3	13	12	5	11	13	9	3	19	14	7	7
2.2.5	Concursos de 2012		3	90	98	13	11	8	5	6	8	3	2	12	8	10	12
2.2.6	Concursos de 2013			23	49	1	9	3	3	6	5	6	4	5	4	3	3
2.2.7	Unidades de I&D / Projectos Estratégicos	159	89	114	76	7	2	11	13	3	7	3	4	5	8	5	8
2.2.8	Gastos Gerais	281	409	373	309	25	27	35	25	20	28	18	13	35	29	25	23
2.3	Valor dos PP emitidos no mês (€)	10.788.802	8.535.591	7.092.077	5.831.792	523.848	489.262	769.742	678.642	416.521	366.206	304.972	97.778	853.396	509.563	263.662	558.200
2.3.1	Concursos de 2006	210.215	70.379	769													
2.3.2	Concursos de 2008	1.533.429	1.651.511	343.968													
2.3.3	Concursos de 2009	3.240.372	615.493	824.197	198.321	55.177	22.482	43.990	53.842	18.880	2.507		664	778			
2.3.4	Concursos de 2010	1.406.681	557.787	722.385	770.777	8.914	120.457	66.798	35.345	72.093	81.011	37.831	22.669	147.831	102.551	30.132	45.144
2.3.5	Concursos de 2012		14.332	614.420	1.014.965	80.101	122.910	64.790	28.267	93.708	36.161	34.314	19.020	278.285	97.746	55.975	103.688
2.3.6	Concursos de 2013			112.439	265.800	6.500	45.762	7.560	40.985	28.766	34.972	19.037	46.363	14.643	13.129	8.084	
2.3.7	Unidades de I&D / Projectos Estratégicos	2.854.208	1.885.680	1.424.427	1.673.283	147.355	30.776	287.145	385.269	47.169	45.348	98.901	4.572	161.923	132.695	101.548	230.581
2.3.8	Gastos Gerais	657.998	1.754.862	1.171.733	1.064.362	103.507	71.935	159.604	116.843	64.504	80.082	64.440	21.445	124.883	88.597	57.698	110.826
2.4	Valor justificado por bolsas nos PP's emitidos no m	485.903	1.985.548	1.877.739	844.284	122.293	74.940	139.854	59.076	79.181	92.331	34.515	10.970	93.332	73.332	5.180	59.878
2.5	Valor dos PP's por analisar, no mês, pela FCT ¹ - FFCUL Proponente			473.541	473.541									21.404	56.212	78.214	317.710
2.6	Valor dos PP's por analisar, no mês, pela FCT ¹ - FFCUL Participante				135.011					1.577				9.457	16.815	48.665	58.496
	Valor considerado não elegível nos PP's FFCUL (participante e proponente)																
2.7	Despesa total já comprometida mas ainda não paga aos fornecedores																
2.8	Despesa acumulada paga aos fornecedores, não reportada à FCT																
2.9	Despesa já validada pela FCT, ainda não reembolsada - FFCUL Proponente			79.759	277.801		49.596	9.481	8.084	4.327	27.125	27.510	7.083	33.195	30.005	22.578	58.818
2.10	Despesa já validada pela FCT, ainda não reembolsada - FFCUL Participante	6.554	36.416	181.164	208.956	8.877	14.255	1.256	24.525	20.153	24.274	16.391	609	49.595	20.778	28.245	
3.0	TRANSFERÊNCIAS (data valor no mês)	7.109.530	8.049.630	6.879.167	5.561.368	247.418	377.320	846.516	622.203	411.113	389.760	714.619	267.151	653.691	528.507	164.193	338.877
3.1	FCT --> FFCUL	6.990.267	7.963.124	6.398.915	5.480.554	326.160	364.091	803.661	591.650	385.774	250.688	1.065.309	189.168	394.129	654.397	175.391	280.134
3.2	FCT --> Parceiros --> FFCUL	966.986	872.543	736.452	985.524	44.617	13.229	77.259	45.553	85.558	142.621	51.300	78.586	259.562	43.465	69.337	74.437
3.3	FFCUL --> Parceiros	847.723	786.036	256.200	904.710	123.359		34.404	15.000	60.220	3.549	401.990	603	169.356	80.536	15.694	

Tabela 19 – Relacionamento financeiro entre a FFCUL e a FCT (31-12-2015)

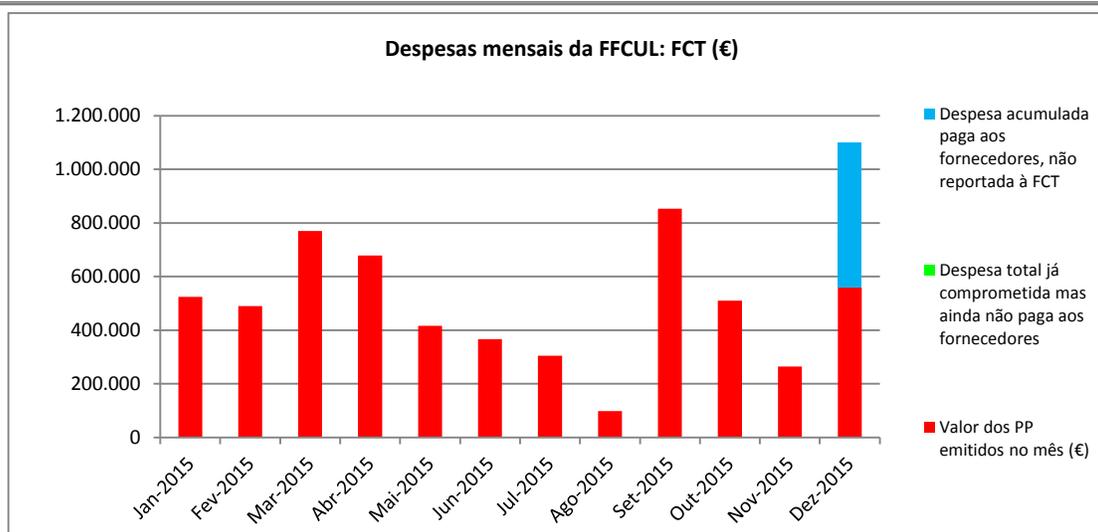


Figura 7 – Despesa mensal total em projetos financiados pela FCT

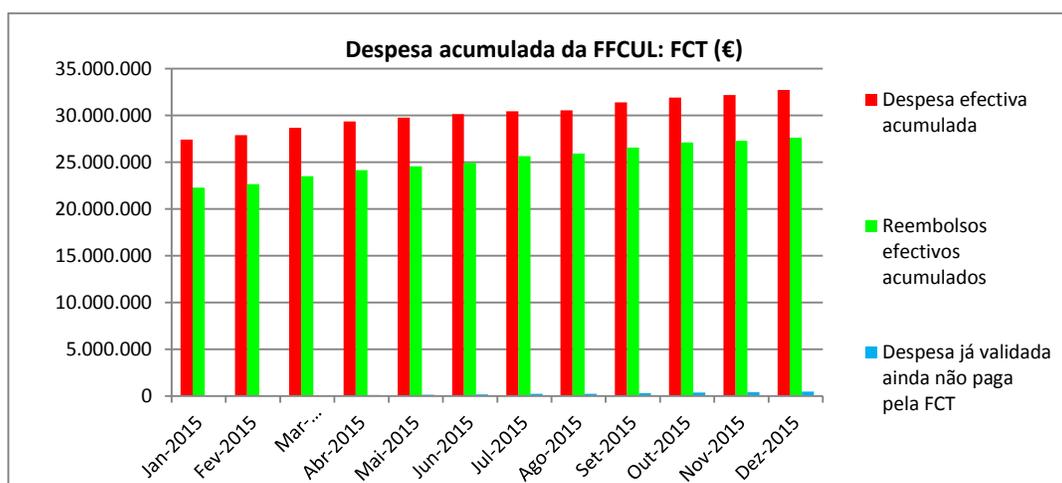


Figura 8 – Relacionamento entre a FFCUL e a FCT - valores acumulados: despesa feita ou comprometida (vermelho), reembolsos FCT (verde), valores já validados pela FCT mas ainda não reembolsados (azul).

1.7 Análise Orçamental

Em agosto de 2013, a Fundação foi considerada como Entidade Pública Reclassificada (EPR), nos termos do Anexo 1 da Circular, série A, n.º 1374 da DGO, relativa à preparação do OE, e passou a integrar o setor público administrativo como serviço e fundo autónomo. Apesar de não receber qualquer dotação direta do Estado, a Fundação ficou assim sujeita às regras do OE, de acordo com o art.º 25.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO), designadamente quanto à prestação de informação, respeito pelo princípio de unidade de tesouraria, alterações orçamentais e lei dos compromissos.

Da Tabela 20 à Tabela 25 descreve-se a execução orçamental da FFCUL em 2015 nesta nova perspetiva, baseada essencialmente nas noções de “Fonte de Financiamento” e de “Classificação Económica” da Despesa e da Receita.

A obrigação de prestação de informação a que a FFCUL se encontra sujeita exige um controle e reporte mensal dos valores da execução da Receita e da Despesa, procedendo-se também assim numa base mensal às correções necessárias ao orçamento inicial. Pelo fato da FFCUL continuar a adotar o SNC-ESNL a gestão prática destas correções revela-se um exercício complexo e moroso.

<i>Fonte de Financiamento/Atividade</i>	<i>Previsões Corrigidas</i>	<i>Receita Cobrada</i>	<i>Grau Execução</i>
Dotação OE			
313 - Saldos de RG não afectas a proj. cofinanciados	2.122.688,00	2.122.688,00	100,00%
319 - Transferências de RG entre organismos	6.821.941,00	6.404.432,00	93,88%
358 - Saldos de RG afectas a proj. cofinanciados	5.939,00	5.939,00	100,00%
359 - Transferências de RG afetas a projetos cofinanciados entre organismos	5.702,00	0,00	0,00%
369 - Transferências de RP afetas a projetos cofinanciados entre organismos	244.520,00	130.135,00	53,22%
	9.200.790,00	8.663.194,00	
Financiamento da EU			
480 - Outros (inclui saldos transitados)	7.485.794,00	5.433.230,00	72,58%
	7.485.794,00	5.433.230,00	
Receita Própria			
510 - Receita própria do ano	2.568.759,00	2.497.602,00	97,23%
520 - Saldos de RP transitados	840.592,00	840.592,00	100,00%
	3.409.351,00	3.338.194,00	
Total	20.095.935,00	17.434.618,00	86,76%

Tabela 20 – Execução da receita por fontes de financiamento

<i>Designação</i>	<i>Classificação Económica</i>	<i>Receita Cobrada</i>	<i>%</i>
Transferências correntes	06	4.780.922,00	27,42%
Vendas de bens e serviços	07	2.497.602,00	14,33%
Transferências de capital	10	5.373.748,00	30,82%
Saldo da gerência anterior	16	4.782.346,00	27,43%
Total		17.434.618,00	100,00%

Tabela 21 – Receita por classificação económica

<i>Designação</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>Varição</i>
Transferências correntes	4.780.922,00	6.553.767,00	-27,05%
Vendas de bens e serviços	2.497.602,00	2.861.369,00	-12,71%
Transferências de capital	5.373.748,00	6.398.916,00	-16,02%
Saldo da gerência anterior	4.782.346,00	---	---
Total	17.434.618,00	15.814.052,00	10,25%

Tabela 22 – Comparação das Receitas em 2014 e 2015

<i>Fonte de Financiamento/Atividade</i>	<i>Dotações Corrigidas</i>	<i>Despesas Pagas</i>	<i>Grau Execução</i>
Dotação OE			
319 - Transferências de RG entre organismos	6.821.941,00	5.700.678,00	83,56%
369 - Transferências de RP afetas a projetos cofinanciados entre organismos	244.520,00	66.573,00	27,23%
	7.066.461,00	5.767.251,00	
Financiamento da EU			
480 - Outros	7.485.794,00	4.360.904,00	58,26%
	7.485.794,00	4.360.904,00	
Receita Própria			
510 - Receita própria do ano	2.568.759,00	1.860.015,00	72,41%
	2.568.759,00	1.860.015,00	
Total	17.121.014,00	11.988.170,00	70,02%

Tabela 23 – Execução da despesa por fontes de financiamento

<i>Designação</i>	<i>Classificação Económica</i>	<i>Pagamentos</i>	<i>%</i>
Despesas com o pessoal	01	1.590.782,00	13,27%
Aquisição de bens e serviços	02	3.936.870,00	32,84%
Transferências correntes	04	4.587.077,00	38,26%
Outras despesas correntes	06	544,00	0,00%
Aquisição de bens de capital	07	729.035,00	6,08%
Transferências de capital	08	1.143.862,00	9,54%
Total		11.988.170,00	100,00%

Tabela 24 – Execução da despesa por classificação económica

Receita cobrada	17.434.618,00	OE - Receitas gerais	2.895.943,00
Despesa paga	11.988.170,00	Financiamento EU	1.072.326,00
SALDO 2015	5.446.448,00	Receitas próprias	1.478.179,00
		SALDO 2015	5.446.448,00

Tabela 25 – Saldo de gerência 2015 e sua decomposição por tipologia de receita

2014	4.782.346,00
2015	5.446.448,00

Tabela 26 – Evolução do saldo de gerência

2. Demonstrações Financeiras

2.1 Evolução da Estrutura de Rendimentos

A estrutura de rendimentos da FFCUL assenta principalmente na separação entre “subsídios à exploração e ao investimento” e “prestações de serviços” - que correspondem às classificações contabilísticas dos “projetos de investigação sujeitos a financiamento” e da “investigação sob contrato”, respetivamente. A Figura 9 descreve a sua evolução desde 2010:

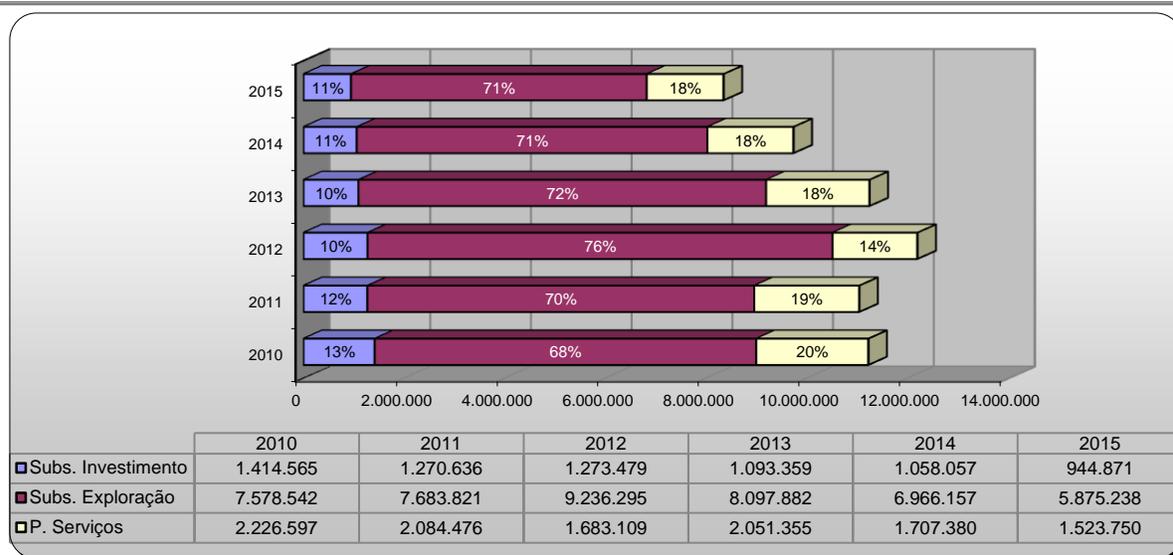


Figura 9 – Evolução da estrutura de rendimentos da FFCUL

Os rendimentos concentram-se nos subsídios à exploração, que representam 71% do total (em valor, -16% em relação a 2014), atingindo um valor de 5.875.238€ em 2015. Nos subsídios ao investimento registou-se um decréscimo para 944.871€.

Na componente de Prestação de Serviços verifica-se um decréscimo em valor (-11% relativamente a 2014), decorrente da redução generalizada da atividade económica e das restrições de contratação que têm sido impostas a empresas e institutos públicos.

Os rendimentos da FFCUL diminuíram (-14%) face a 2014, abaixo dos níveis do ano de 2013, mantendo-se todavia a sua composição relativa quase inalterada. Esta redução é consequência da baixa execução dos projetos.

A Tabela 27 sintetiza a execução financeira das Unidades de I&D ⁵ em 2015, após validação contabilística.

A Tabela 28 mostra a execução financeira em 2015 (informação contabilística) das diversas áreas departamentais da FCUL.

As Tabelas 29 e 30 constituem a resposta oficial ao Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) sobre a Execução financeira e os respetivos Fundos que a suportam em 2015, através do Gabinete de Estatística para Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e Ciência, e para ser comunicado ao INE e ao Eurostat. Esta resposta é aliás integrada com a resposta complementar produzida pela FCUL que, designadamente, financia as Unidades de I&D através do Orçamento do Estado (salários dos docentes, investigadores e técnicos de alguma forma alocados à atividade de I&D).

⁵ Note-se que a “Unidade” é aqui entendida como unidade-cliente da FFCUL. Existem grupos de I&D da FCUL autónomos ou ligados a entidades externas que, para estes efeitos, se discriminam.

Para efeitos de geração destes indicadores financeiros relativos à atividade de I&D, um projeto / centro de custo é associado ao Departamento ao qual pertença o seu Investigador Responsável. No caso das Unidades com financiamento plurianual da FCT, os valores são repartidos em função da proveniência departamental dos investigadores integrados e no ativo, de acordo com os dados constantes no CENSUS. Algumas unidades de I&D podem estar associadas a vários departamentos, na proporção relativa dos respetivos números de investigadores integrados envolvidos.

Com a contínua atualização dos sistemas de informação da FCUL, estas tabelas constituirão progressivamente uma descrição mais rigorosa do sistema de I&D da FCUL. Todavia, não está ainda completa no CENSUS a afiliação dos investigadores às unidades de investigação que resultaram do recente concurso. Por essa razão, estes indicadores – sobretudo os departamentais – devem ser considerados apenas indicativos.

UI&D	Unidades de I & D				Projectos de Investigação Nacional				Projectos de Investigação Europeus				Investigação sob Contrato				TOTAL			
	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%
BioISI	341.744,21	16%	13	10%	266.782,20	9%	41	12%	222.831,47	12%	9	13%	18.110,03	1%	18	6%	849.467,91	10%	81	9%
Ce3C	175.715,85	8%	11	9%	841.480,05	29%	61	17%	481.480,06	27%	20	29%	436.955,19	32%	83	26%	1.935.631,15	24%	175	20%
CEA	29.478,44	1%	3	2%	19.587,39	1%	4	1%					15.520,47	1%	10	3%	64.586,30	1%	17	2%
CEAFEL	20.020,00	1%	3	2%	533,10	0%	1	0%									20.553,10	0%	4	0%
CeFEMA	10.106,86	0%	3	2%	10.039,87	0%	2	1%					18,85	0%	1	0%	20.165,58	0%	6	1%
CEMA	23.282,90	1%	3	2%	-210,99	0%	2	1%					-72,66	0%	2	1%	22.999,25	0%	7	1%
CENTRA	18.689,21	1%	1	1%	2.589,85	0%	3	1%	16.534,88	1%	2	3%					37.813,94	0%	6	1%
CESAM	5.222,66	0%	5	4%	123.509,95	4%	17	5%	34.444,57	2%	1	1%	5.482,66	0%	6	2%	168.659,84	2%	29	3%
CFC	79.344,91	4%	3	2%	29.291,40	1%	3	1%					-682,07	0%	1	0%	107.954,24	1%	7	1%
CFTC	8.422,06	0%	2	2%	110.500,69	4%	3	1%	8.407,07	0%	1	1%	3.619,30	0%	1	0%	130.949,12	2%	7	1%
CIUHCT	72.224,37	3%	5	4%	10.281,71	0%	3	1%	9.193,19	1%	1	1%	9.886,60	1%	2	1%	101.585,87	1%	11	1%
CMAF-CIO	170.314,86	8%	7	6%	57.693,37	2%	17	5%	71.227,26	4%	2	3%	-3.257,78	0%	3	1%	295.977,71	4%	29	3%
COB	220.283,37	10%	7	6%	324.760,22	11%	43	12%	101.074,18	6%	2	3%	5.127,92	0%	5	2%	651.245,69	8%	57	7%
COE	143.570,37	7%	5	4%	124.495,92	4%	16	4%	12.313,40	1%	2	3%	30.376,87	2%	3	1%	310.756,56	4%	26	3%
EDU					-1.775,73	0%	3	1%					628,14	0%	1	0%	-1.147,59	0%	4	0%
GFMUL	22.644,87	1%	3	2%	3.437,92	0%	2	1%					150,25	0%	1	0%	26.233,04	0%	6	1%
IA	162.324,13	7%	3	2%	33.089,40	1%	9	3%	81.639,51	5%	2	3%	102.269,95	7%	10	3%	379.322,99	5%	24	3%
IBEB	46.464,23	2%	6	5%	51.197,74	2%	6	2%	26.219,93	1%	2	3%	29.146,57	2%	5	2%	153.028,47	2%	19	2%
IDL	306.366,64	14%	25	20%	426.353,24	15%	57	16%	227.702,94	13%	10	14%	296.342,36	22%	59	18%	1.256.765,18	15%	151	17%
LASIGE	66.093,42	3%	4	3%	42.093,34	1%	17	5%	389.491,61	22%	10	14%	-62.180,23	-5%	26	8%	435.498,14	5%	57	7%
LOLS					3.951,34	0%	2	1%	7.212,50	0%	2	3%	64.535,29	5%	8	3%	75.699,13	1%	12	1%
MARE	198.159,03	9%	6	5%	152.950,73	5%	23	6%	68.504,91	4%	1	1%	399.556,81	29%	66	21%	819.171,48	10%	96	11%
NLX					82.074,52	3%	2	1%					5.539,94	0%	4	1%	87.614,46	1%	6	1%
Sem UI&D Associada	72.350,65	3%	7	6%	169.960,02	6%	19	5%	31.771,36	2%	3	4%	8.556,31	1%	4	1%	282.638,34	3%	33	4%
TOTAL	2.192.823,04		125		2.884.667,25		356		1.790.048,84		70		1.365.630,77		319		8.233.169,90		870	

Tabela 27 – Estrutura da execução financeira em 2015 por Unidade de investigação (componente FFCUL).

Departamentos	Unidades de I & D				Projectos de Investigação Nacional				Projectos de Investigação Europeus				Investigação sob Contrato				TOTAL			
	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%
Biologia Animal	210.938,19	10%	11	9%	527.035,41	18%	59	17%	271.398,26	15%	8	11%	458.781,40	34%	76	24%	1.468.153,27	18%	154	18%
Biologia Vegetal	209.363,29	10%	7	6%	480.527,37	17%	42	12%	270.020,60	15%	8	11%	264.954,24	19%	67	21%	1.224.865,50	15%	124	14%
Educação (IEDU-UL)					-887,87	0%	1	0%					314,07	0%	1	0%	-573,80	0%	2	0%
Estatística e Investigação Operacional	75.398,67	3%	6	5%	32.883,43	1%	7	2%	22.105,01	1%			10.857,56	1%	9	3%	141.244,67	2%	22	3%
Física	375.561,00	17%	31	25%	477.942,49	17%	50	14%	268.779,89	15%	15	21%	274.728,00	20%	38	12%	1.397.011,37	17%	134	15%
Engª Geográfica, Geofísica e Energia	121.876,04	6%	12	10%	164.490,70	6%	28	8%	87.300,49	5%	6	9%	126.550,00	9%	14	4%	500.217,24	6%	60	7%
Geologia	174.486,96	8%	15	12%	242.823,70	8%	24	7%	129.685,12	7%	3	4%	168.777,77	12%	44	14%	715.773,55	9%	86	10%
História e Filosofia das Ciências	125.305,87	6%	8	6%	35.834,31	1%	4	1%	5.850,21	0%			5.609,40	0%	2	1%	172.599,79	2%	14	2%
Informática	123.299,52	6%	6	5%	179.142,06	6%	23	6%	425.391,99	24%	15	21%	-53.179,48	-4%	34	11%	674.654,09	8%	78	9%
Matemática	153.759,41	7%	13	10%	37.064,28	1%	13	4%	35.399,46	2%	3	4%	1.568,55	0%	2	1%	227.791,70	3%	31	4%
Química e Bioquímica	484.309,75	22%	16	13%	536.973,48	19%	73	21%	199.677,12	11%	7	10%	40.366,34	3%	16	5%	1.261.326,69	15%	112	13%
Outros	138.524,33	6%			170.837,89	6%	32	9%	74.440,68	4%	5	7%	66.302,91	5%	16	5%	450.105,81	5%	53	6%
TOTAL	2.192.823,04		125		2.884.667,25		356		1.790.048,84		70		1.365.630,77		319		8.233.169,90		870	

Tabela 28 – Estrutura da execução financeira da FFCUL em 2015 por área departamental da FCUL.

UNIDADES	1.1 - DESPESAS CORRENTES			1.2 - DESPESAS DE CAPITAL			TOTAIS
	1.1.1 - DESPESAS C/ PESSOAL		1.1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.2.1 - Construções & Instalações	1.2.2 - Instrumentos & Equipamentos	TOTAL	
	Contratados	Bolseiros					
BioISI	32.218	124.706	156.924	592.034		100.510	849.468
Ce3C	246.067	591.669	837.735	984.904		112.991	1.935.631
CEA				48.661		15.925	64.586
CEAFEL	3.331		3.331	14.629		2.593	20.553
CeFEMA		2.940	2.940	9.042		8.183	20.166
CEMA	3.331	100	3.431	16.967		2.601	22.999
CENTRA		14.675	14.675	20.478		2.661	37.814
CESAM		27.113	27.113	118.791		22.755	168.660
CFC		41.329	41.329	62.332		4.293	107.954
CFTC		60.519	60.519	54.961		15.469	130.949
CIUHCT		24.510	24.510	74.033		3.043	101.586
CMAF-CIO	15.084	83.570	98.654	165.243		32.081	295.978
CQB		95.126	95.126	426.255		129.865	651.246
CQE		50.134	50.134	212.344		48.278	310.757
EDU				-1.709		562	-1.148
GFMUL		11.960	11.960	13.267		1.006	26.233
IA	11.376	99.399	110.776	222.721		45.827	379.323
IBEB	23.021	41.891	64.912	80.793		7.324	153.028
IDL	38.344	384.663	423.007	658.697		175.061	1.256.765
LASIGE	25.296	188.504	213.800	187.442		34.256	435.498
LOLS		29.337	29.337	33.933		12.429	75.699
MARE	56.134	281.688	337.822	424.958		56.391	819.171
NLX		66.518	66.518	18.551		2.546	87.614
Sem UI&D Associada	44.617	55.860	100.477	116.467		65.694	282.638
FFCUL	665.826	41.400	707.226	571.307		17.426	1.295.959
TOTAIS	1.164.645	2.317.611	3.482.256	5.127.103		919.770	9.529.129

Tabela 29 – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) 2015 (Componente FFCUL).

UNIDADES	FUNDOS DO ESTADO						FUNDOS INTERNACIONAIS											OUTROS FUNDOS					TOTAL		
	OE	FUNDOS ESTRUTURAIIS	OUTROS FUNDOS DO ESTADO	FUNDOS DE IPFSL	EMPRESAS	TOTAL	EU		ORG. INTERNACIONAIS		EMPRESAS		INSTITUIÇÕES DO ESTADO		INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR		IPFSL		TOTAL	RECEITAS PRÓPRIAS	MECENATO CIENTÍFICO	OUTROS		TOTAL	
							FP's	OUTROS	EU	FORA DA EU	EU	FORA DA EU	EU	FORA DA EU	EU	FORA DA EU	EU	FORA DA EU							
BIOISI		601.032	6.979	5.461	405	613.878	102.548		126.474	6.217									235.239	-3.276		3.628	352	849.468	
Ce3C		508.793	182.654	21.151	85.016	797.613	918.830		18.139	5.119					2.366				944.452	92.294		101.272	193.566	1.935.631	
CEA		49.066	4.683		3.311	57.060														1.250		6.277	7.526	64.586	
CEAFEL		20.020		533		20.553																		20.553	
CeFEMA		20.166				20.166																		20.166	
CEMA		23.072				23.072																	-73	-73	22.999
CENTRA		21.279				21.279	16.535												16.535						37.814
CESAM		129.410	-678			128.733	34.445												34.445	36		5.446	5.483	168.660	
CFC		108.636				108.636																-682	-682	107.954	
CFTC		118.923				118.923	8.407												8.407			3.619	3.619	130.949	
CIUHCT		72.072		10.434		82.506			9.193										9.193	8.697		1.190	9.887	101.586	
CMAF-CIO		224.827		3.181	5.713	233.721	71.227			-9.394									61.834			423	423	295.978	
COB		532.955	198	12.089		545.242	101.050			25									101.074	2.690		2.240	4.930	651.246	
COE		267.711				267.711			12.669						26.628				39.297			3.749	3.749	310.757	
EDU		-1.776	628			-1.148																			-1.148
GFMUL		25.279		955		26.233																			26.233
IA		216.001				216.001	81.640		15.616										97.255	16.056		50.010	66.067	379.323	
IBEB		97.662	1.852			99.514	25.588		842	26.352									52.782			732	732	153.028	
IDL		688.639	91.489	5.938	113.339	899.405	262.786		56.704	26.568						1.274			347.332	14.563		-4.535	10.029	1.256.765	
LASIGE		109.716	-1.172		14.164	122.708	389.492		145	12.092				3.939					405.667	2.214		-95.091	-92.877	435.498	
LOLS		10.632				10.632	532		43.610	13.726									57.868			7.200	7.200	75.699	
MARE		346.389	242.064		15.494	603.947	68.505		37.628	4.495									110.628	66.427		38.169	104.596	819.171	
NLX		82.206	3.675			85.881																1.733	1.733	87.614	
Sem UI&D Associada		242.293	7.998	17		250.309	31.771		558										32.330					282.638	
FFCUL																						1.295.959	1.295.959	1.295.959	
TOTAIS		4.515.002	540.370	59.760	237.442	5.352.574	2.113.355		321.577	85.200				32.932	1.274			2.554.338	200.951		1.421.266	1.622.217	9.529.129		

Tabela 30 – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) 2015 (Fundos) (componente FFCUL).

2.2 Evolução dos Resultados Líquidos

A descrição da situação económico-financeira no final do exercício segue a estrutura já utilizada nos exercícios anteriores (Figura 10). O resultado é positivo, atingindo 2.548€ (12.572€ antes de imposto).

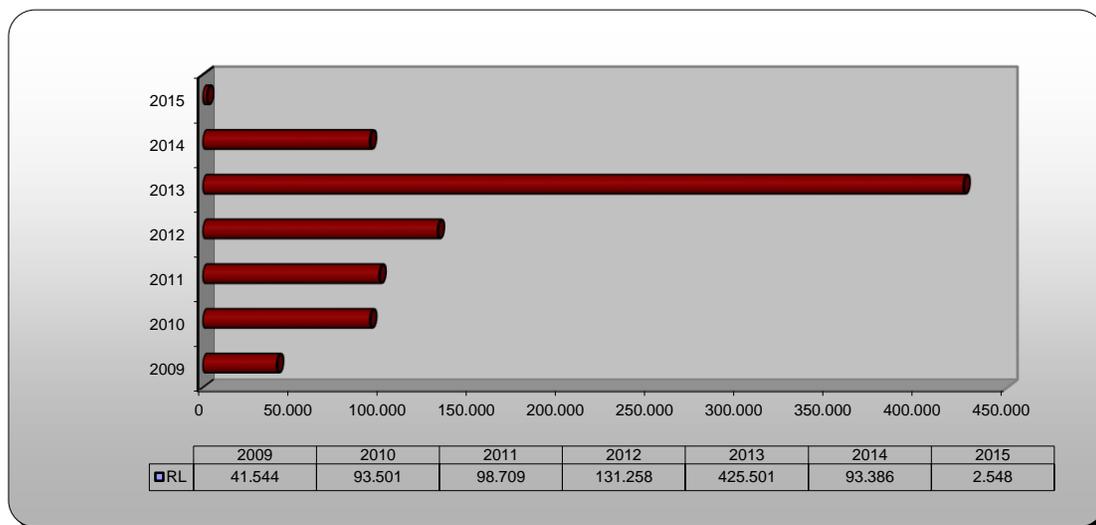


Figura 10 – Evolução dos Resultados Líquidos (depois de imposto) da FFCUL

A diminuição significativa do Resultado Líquido face a 2014 decorre de:

- A redução do número de projetos ativos em 2015;
- A baixa execução das Unidades de Investigação, especialmente durante o 1º semestre de 2015;
- A diminuição dos Rendimentos, conforme descrito na secção 2.1, Figura 9;
- O encerramento contabilísticos de CC's embora, no cômputo geral, este tenha dado um contributo positivo para o resultado, conforme descrito na secção 1.1, Tabela 4.

2.3 Estrutura de Rendimentos e Gastos Indiretos antes do Imposto

Descreve-se na Tabela 31 a estrutura de gastos e rendimentos da FFCUL em 2015:

Rubrica	2014	2015	Var %	Var Abs
Verba Aprovada	1 486 936	1 262 016	-15%	-224 920
Juros Credores	5 326	704	-87%	-4 621
Outros Rendimentos / Dif. De Câmbio	59 562	45 812	-23%	-13 751
Total Receitas	1 551 824	1 308 532	-16%	-243 292
Recursos Humanos	753 952	733 090	-3%	-20 862
Aquisição de Serviços	178 453	162 616	-9%	-15 837
Outras Despesas Correntes	41 790	67 732	62%	25 942
Despesas Bancárias	4 377	8 123	86%	3 745
Equipamento	19 203	17 426	-9%	-1 778
Outros Gastos / Dif. Câmbio	5 920	15 442	161%	9 521
Riscos de Projectos	-56 300	-131 773	134%	-75 474
Despesas LSE	500 000	423 305	-15%	-76 695
Total Despesas	1 447 396	1 295 959	-10%	-151 437
Resultado	104 427	12 572	-88%	-91 855

Tabela 31 – Estrutura de Gastos e Rendimentos da FFCUL (2015)

Do lado da **Receita** verifica-se um decréscimo de (16%) face ao ano de 2014. Destaca-se:

- A diminuição significativa das receitas provenientes de gastos gerais (-15%), consequência da execução desfavorável ao longo de 2015.
- A diminuição dos Juros Credores, decorrente da aplicação do n.º 6, do art.º 63.º, da Lei nº 3-B/2010 de 28-04-2010 (Princípio da unidade de tesouraria). Com efeito, as receitas de todas as aplicações financeiras que sejam efetuadas em violação do princípio da unidade de tesouraria revertem para o Estado. Foram transferidas para a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP 2.182,45€.
- A variação dos “Outros Rendimentos / Dif. De Câmbio”, motivado pelas diferenças de Câmbio a favor da FFCUL.

Do lado da **Despesa**, note-se que:

- Os “Recursos Humanos” são a rubrica de maior peso relativo (57%); a sua relevância aumentou ligeiramente em 2015 apesar do seu valor absoluto ter decrescido (Secção 1.3).
- As “Despesas LSE” (Limpeza, Segurança e Energia) são a segunda rubrica de maior peso (33%), referindo-se à comparticipação dos gastos incorridos pela FCUL (423k€) com o acolhimento de projetos, de valor inferior ao de 2014, face à diminuição de número geral de projetos ativos/ espaços ocupados. A redução não foi, todavia, proporcional à redução da execução.
- Em “Aquisição de Serviços”, estão contemplados os gastos incorridos com a subcontratação dos serviços de contabilidade e processamento salarial, auditoria e

revisão de contas, manutenção de equipamentos, medicina do trabalho, serviços de propriedade intelectual e gastos de advocacia.

- Salienta-se o aumento significativo do valor em “Riscos de Projetos”. O encerramento contabilístico de projetos teve grande impacto, motivado por correções e movimentos contabilísticos que geraram um proveito na ordem dos 132k€.
- A variação em “Despesas Bancárias” reflete um aumento das transferências bancárias internacionais, i.e. os custos a elas associadas.
- O aumento com os custos em “Outros gastos / Diferenças de Câmbio” está relacionado com uma preponderância das diferenças de câmbio desfavoráveis no âmbito da faturação e dos pagamentos ao estrangeiro.

3. Situação Económica e Financeira

Os diversos elementos contabilísticos permitem concluir que a evolução da FFCUL em 2015 foi positiva apesar do significativo decréscimo da atividade, num contexto económico-financeiro e institucional dos mais complexos da sua vida. A gestão financeira adotada nos últimos anos assentou num perfil prudente por forma a permitir a liquidez e a estabilidade financeira e manter a boa execução dos Projetos de Investigação.

3.1 Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido de 2015 foi positivo em 2.548€. Este decréscimo significativo face a 2014 decorre diretamente da redução do número de projetos ativos em 2015 e da diminuição da execução das Unidades de Investigação no 1º Semestre de 2015.

3.2 Fundos Patrimoniais

Na perspetiva de Balanço há a salientar a continuação do valor significativo dos Fundos Patrimoniais, que em 2015 atingiram 2.924.072€ (Figura 11).

Este valor é uma consequência direta da introdução das normas do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), o qual tem por base as Normas Internacionais de Contabilidade compatíveis com as Diretivas Comunitárias sobre o relato Financeiro. Verificou-se em 2009 uma alteração profunda na contabilização dos Fundos Patrimoniais na FFCUL.

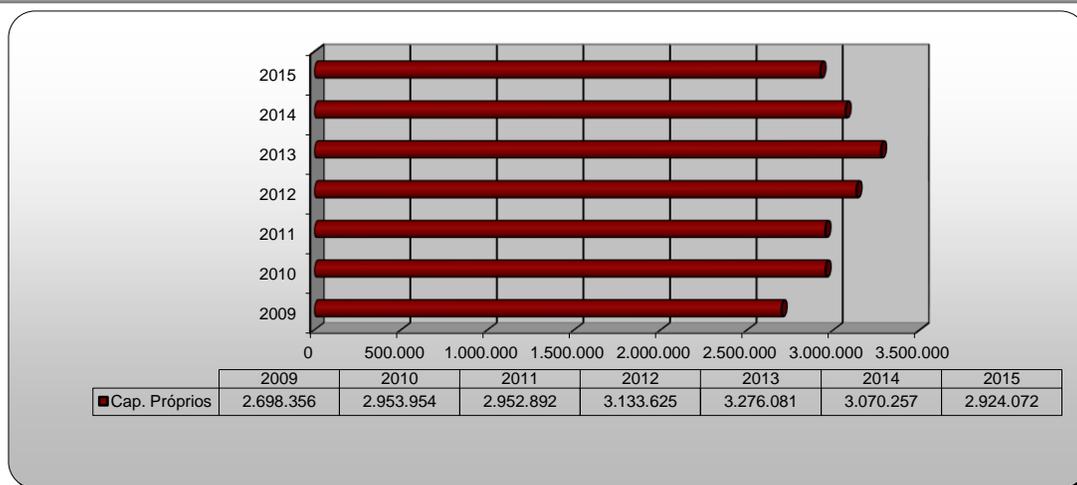


Figura 11 – Evolução dos Fundos Patrimoniais da FFCUL

Na estrutura dos Fundos Patrimoniais salientam-se, nomeadamente:

a) Outras Variações nos Fundos Patrimoniais - Subsídios ao Investimento

De acordo com a NCRF22, a FFCUL contabiliza nos Fundos Patrimoniais o valor das aquisições de Ativos Fixos Tangíveis, quando existe uma segurança razoável do recebimento desses subsídios ao investimento. Como consequência foram aumentados ao valor dos Fundos Patrimoniais da FFCUL 1.366.387,12€.

b) Ajustamentos em ativos financeiros

Não foram efetuados ajustamentos relativos à participação financeira na PETsys - Medical PET Imaging Systems, S. A. (PETsys), visto que até à data a FFCUL não foi informada do resultado líquido do exercício de 2015 da PETSys.

c) Resultado Líquido

Durante o ano de 2015 a FFCUL obteve resultados líquidos positivos de 2.548€.

3.3 Estrutura do Balanço

A estrutura do Balanço apresenta, mais uma vez, uma variação significativa nos Ativos Fixos Tangíveis (Tabela 32):

Rubrica	2014	2015	Varição
Activo Não Corrente	1.738.277	1.521.678	-216.599
Activos Fixos Tangíveis	1.667.744	1.461.713	-206.031
Outras Activos Não Correntes	70.533	59.966	-10.567
Activo Corrente	12.086.379	11.941.568	-144.811
Clientes	401.471	292.991	-108.479
Outras Contas a Receber	7.915.139	6.871.723	-1.043.416
Caixa e Depósitos Bancários	3.710.823	4.698.320	987.498
Outros Activos Correntes	58.947	78.533	19.586
Total do Activo Líquido	13.824.656	13.463.246	-361.410
Fundos Patrimoniais	3.070.257	2.924.072	-146.184
Fundos	1.995	1.995	0
Resultados Transitados	1.459.756	1.553.142	93.386
Ajustamentos em activos financeiros	0	0	0
Outras Variações nos Fundos patrimoniais	1.515.119	1.366.387	-148.732
Resultado Líquido do período	93.386	2.548	-90.838
Passivo	10.754.399	10.539.173	-215.226
Passivo Não Corrente			
Provisões Específicas	0	0	0
Passivo Corrente			
Fornecedores	473.239	95.491	-377.748
Estado e Outros Entes Públicos	106.256	48.785	-57.470
Financiamentos Obtidos	2.222	2.222	0
Outras Contas a Pagar	1.287.916	1.765.952	478.035
Diferimentos	8.884.766	8.626.724	-258.042
Total de Fundos Patrimoniais e do Passivo	13.824.656	13.463.246	-361.410

Tabela 32 – Estrutura do Balanço

Face aos Ativos Fixos Tangíveis do ano anterior, durante o ano de 2015 verifica-se a contínua diminuição do Imobilizado corpóreo (-206.031€), que se justifica principalmente pela contabilização das Depreciações (Ativos Fixos Tangíveis) e também das Amortizações (Ativos Intangíveis).

As rubricas mais significativas do Activo Corrente continuam a ser:

- Outras Contas a Receber** - representam os gastos já incorridos com projetos, mas cujas verbas ainda não foram recebidas (6.871.723€ contra 7.915.139€ em 2014), registando, desta forma uma diminuição de 1.043.416€, refletindo-se na descida da atividade da Fundação.

- b) **Disponibilidades** - representam 4.698.320€, registando um acréscimo de 27% face a 2014 no montante de 987.498€. Justificam-se principalmente não só pela menor atividade da Fundação, mas também pela diminuição de 1.000.000€ na rubrica de “Outras Contas a Receber” conjugada com o aumento na rubrica de “Outras Contas a Pagar” em cerca de 500.000€ e a diminuição significativa da dívida a fornecedores de 400.000€.

Uma última referência para os saldos de Clientes, de 292.991€, e de Outros Ativos Correntes (Adiantamentos a fornecedores, estado, diferimentos) de 78.533€, que apresentam, respetivamente, um decréscimo de 27% e um acréscimo de 33% face ao ano anterior.

Relativamente ao **ICAT**, e em complemento da informação já incluída na Introdução, refira-se que:

- Em 2014, o ICAT não pagou a sua dívida de acordo com o Plano aprovado pelos Credores em Assembleia realizada no Tribunal de Comércio em 20 de fevereiro de 2009 e com despacho de sentença homologatória do Tribunal em 23 de Setembro de 2009 (valor anual de cerca de 26 k€). Com efeito, por um lado, esta Associação passou a ser gerida pela Comissão Liquidatária, não tendo qualquer espécie de liquidez de tesouraria; por outro lado, o adiamento da extinção formal do ICAT para 2015 inviabilizou que a FCUL assumisse os compromissos do ICAT no serviço da dívida à FFCUL.
- Em 31 de julho de 2014 foi assinado entre o ICAT, a FCUL e a FFCUL um acordo de pagamento e quitação da dívida, a transitar do ICAT para a FCUL, no montante total de 157.160,49€ e a abater até ao limite do prazo aprovado no Plano de Pagamentos com o ICAT (23 de setembro de 2019). Em dezembro de 2015 este acordo foi assinado definindo a forma de pagamento e quitação da dívida que transitou do ICAT para a FCUL. Foi acordado um pagamento trimestral de valor uniforme, com início de contagem no último trimestre de 2015 e início de pagamentos no primeiro trimestre de 2016. Desta forma, no R&C de 2015 a dívida mantém-se inalterada nos registos.

No que respeita ao Passivo mantém-se a inexistência de passivos remunerados. Todavia, o passivo global passou de 10.754.399€ em 2014 para 10.539.173€ em 2015 e é explicada essencialmente pelas seguintes rubricas:

- a) Em **Fornecedores** um decréscimo no montante de 377.491€, e que reflete não só a reduzida execução das Unidades de Investigação e a redução dos Projetos FCT, bem como uma boa gestão de tesouraria com a diminuição dos prazos médios de pagamento para 30 dias.
- b) Na rubrica de **Outras Contas a Pagar** um aumento no montante de 478.035€ onde o peso principal reside nas verbas a transferir para Parceiros, resultante de subsídios recebidos.

- c) Nos **Diferimentos**, constituídos essencialmente por adiantamentos recebidos por conta de Subsídios à Exploração (3.777.795€), ao Investimento (420.124€), à Investigação Sob Contrato (3.400.077€) e de *overheads* (1.428.727€). No ano de 2015 totalizaram 8.626.724€, ou seja, 82% do Passivo, tendo registado uma diminuição de 258.042€ face a 2014, motivado pelos adiantamentos a Projetos, e pelo encerramento de diversos Programas de Financiamento.

3.4 Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que os Resultados Líquidos do exercício, no montante de 2.548€, sejam integralmente transferidos para Resultados Transitados.

4. Perspetivas futuras

O futuro da Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em 2016 será condicionado pelas seguintes orientações e desafios:

1. Reforço da articulação funcional entre a FFCUL e a FCUL na gestão integrada da I&D ao longo de todo o ciclo de vida dos projetos, e que, para além das intervenções associadas ao reforço da internacionalização do financiamento, deverão ir incluindo a divulgação de resultados, e a valorização e transferência do conhecimento decorrente da atividade de I&D e da capacidade acumulada dos investigadores e das equipas na resolução de problemas e na criação de oportunidades.
2. Reforço da internacionalização da atividade de I&D, através de investimento para apoio a áreas mais estruturadas, mais internacionalizadas, objeto de políticas ativas da ULisboa, já associadas a redes internacionais complexas e extremamente competitivas, bem como para apoiar as iniciativas de coordenação de consórcios.
3. Flexibilização e adaptação progressiva do modelo interno de financiamento da Fundação, numa perspectiva de contínua diversificação de fontes, face às instabilidades induzidas pelas políticas públicas de I&D (e respectivas regras operacionais) e de funcionamento da economia portuguesa, que confirmarão (ou permitirão reverter) as tendências do financiamento público.
4. Contínua adaptação da atividade operacional, administrativa, financeira e de recursos humanos da FFCUL, por força das alterações impostas pela Lei-Quadro das Fundações e do novo estatuto de Fundação Pública de Direito Privado. A Fundação fica obrigada a um esquema de gestão muito próximo do da gestão pública, e só a coesão e profissionalismo da sua equipa viabilizam os níveis de qualidade e de prontidão que os investigadores exigem da sua Fundação. Não obstante a eficiência de gestão está neste momento muito dependente do apoio e rápida resposta das entidades de supervisão e controlo devido aos procedimentos prévios obrigatórios.

5. Adaptação e procura de soluções para as limitações decorrentes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, sobretudo no domínio da contratação de investigadores.
6. Contínuos esforços de cumprimento integral do Código da Contratação Pública (CCP) e do recurso a Acordos-Quadro, apesar de estes estarem muito dependentes do apoio e rápida resposta das entidades de supervisão e controlo, e da difícil compatibilização do CCP com as realidades da atividade de investigação gerida pela Fundação e com as exigências e regras, muitas vezes de sentido contrário, impostas pelas entidades financiadoras, com destaque para as europeias.
7. Busca e implementação de estratégias e procedimentos operacionais que minimizem os significativos riscos decorrentes de eventuais alterações das regras de elegibilidade e de validação da despesa por parte da FCT, nas componentes de recursos humanos, equipamento informático e missões, que podem conduzir a uma significativa redução da flexibilidade de gestão e da prontidão de resposta da Fundação.
8. Operacionalização do apoio que a tutela pode conceder à Fundação no âmbito da ligação com os organismos públicos de supervisão e controlo.
9. Intervenção prioritária da FFCUL em todos os domínios objeto de reservas dos auditores - seja através dos seus recursos próprios ou de eventual contratação externa - designadamente prosseguindo o encerramento contabilístico de projetos e unidades, de modo a reforçar a solidez financeira da FFCUL.

Estas medidas ajudarão a Fundação (institucional e operacionalmente) a atuar no contexto económico-financeiro nacional difícil de 2016, num quadro ainda muito instável e economicamente débil, e com o presumível e desejado início de um novo ciclo de funcionamento da FCT decorrente de eventuais ajustes das políticas públicas de I&D em 2016.

5. Agradecimentos

O Conselho Diretivo da Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa deseja expressar o seu reconhecimento às seguintes entidades:

- A todos os investigadores e docentes da FCUL que viabilizaram, através das suas iniciativas, compreensão e aceitação das regras de funcionamento da FFCUL, o trabalho desta Instituição que lhes deve a sua existência e, acima de tudo, os pretende servir;
- À Direção da FCUL, entidade instituidora e tutelar, pelo apoio, confiança, supervisão e permanente incentivo para que a FFCUL cumpra com sucesso a missão para que foi criada.
- Às entidades financiadoras e a todas as outras entidades que recorreram aos serviços da FFCUL e que contribuíram para o seu desenvolvimento;
- A todos os funcionários, colaboradores e auditores da FFCUL pela qualidade do desempenho das tarefas que desenvolvem;
- Ao Fiscal Único e à Mesa do Conselho Geral, pelo interesse e colaboração prestados;

Lisboa, 14 de março de 2016

O Conselho Diretivo



Professor Doutor José Manuel de Nunes Vicente e Rebordão



Professora Doutora Maria da Luz da Costa Pereira Mathias



Professor Doutor Jorge Manuel Rodrigues de Sancho Relvas

6. Órgãos Sociais a 31 de Dezembro de 2015

Mesa do Conselho Geral

Presidente

Professor José Artur Martinho Simões

Conselho Diretivo

Presidente

Professor Doutor José Manuel de Nunes Vicente e Rebordão

Vogal

Professora Doutora Maria da Luz da Costa Pereira Mathias

Vogal

Professor Doutor Jorge Manuel Rodrigues de Sancho Relvas

Fiscal Único

BDO & associados, SROC, representada pelo

Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

7. Balanço

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, FP

Balanço em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	31-12-2015	31-12-2014
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	6	1.461.712,57	1.667.744,03
Activos intangíveis	7	30.485,52	41.052,63
Participações financeiras - outros métodos	8	29.480,00	29.480,00
		1.521.678,09	1.738.276,66
ACTIVO CORRENTE			
Cientes	10	292.991,48	401.470,65
Adiantamentos a fornecedores	11	25.240,54	21.876,40
Estado e Outros Entes Públicos	19	29.011,68	9.420,87
Outras contas a receber	12	6.871.722,74	7.915.138,69
Diferimentos	13	24.280,98	27.649,87
Caixa e depósitos bancários	4	4.698.320,09	3.710.822,50
		11.941.567,51	12.086.378,98
Total do Activo		13.463.245,60	13.824.655,64
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS	14	1.995,19	1.995,19
Resultados Transitados		1.553.142,13	1.459.756,41
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio	15	1.366.387,12	1.515.119,44
Resultado Líquido do período		2.548,03	93.385,72
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		2.924.072,47	3.070.256,76
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões Específicas		0,00	0,00
		0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18	95.490,57	473.238,62
Estado e Outros Entes Públicos	19	48.785,26	106.255,69
Financiamentos obtidos	4 e 16	2.221,82	2.221,82
Outras contas a pagar	17	1.765.951,51	1.287.916,42
Diferimentos	20	8.626.723,97	8.884.766,33
		10.539.173,13	10.754.398,88
Total do Passivo		10.539.173,13	10.754.398,88
Total de Fundos Patrimoniais e do Passivo		13.463.245,60	13.824.655,64

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rita Frascquilho

O CONSELHO DIRETIVO

M. Manuel M. J. Nave de Castro
 José M. S. Silva

8. Demonstração dos Resultados

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, FP

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 31 DE DEZEMBRO 2014

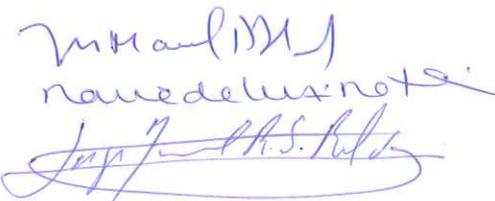
(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e Prestação de Serviços	21	1.523.750,32	1.707.379,97
Subsídio à Exploração	22	5.875.238,49	6.966.156,79
Ganhos/Perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimento e serviços externos	23	-3.132.228,83	-3.780.687,76
Gastos com o pessoal	24	-1.180.782,61	-1.381.334,69
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	25	1.110,00	14.391,78
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	26	1.361.137,21	1.404.993,64
Outros gastos e perdas	27	-3.519.315,44	-3.795.006,58
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto		928.909,14	1.135.893,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	-917.008,01	-1.038.311,46
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11.901,13	97.581,69
Juros e rendimentos similares obtidos	29	780,26	7.017,19
Juros e gastos similares suportados	30	-108,96	-171,79
Resultado antes de impostos		12.572,43	104.427,09
Imposto sobre o rendimento do período	19	-10.024,40	-11.041,37
Imposto diferido		0,00	0,00
Resultado Líquido do período		2.548,03	93.385,72

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DIRETIVO

Rita Frasnquillo



 Manuel M. M. Nave de Lixa

9. Demonstração de Fluxos de Caixa

Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FP

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais

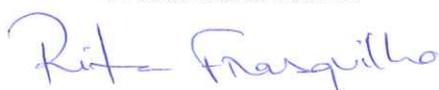
31 de Dezembro 2015

(Valores expressos em euros)

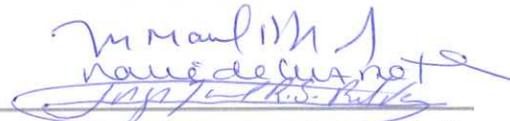
	Notas	31-12-2015	31-12-2014
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		2.431.657,40	2.377.559,69
Pagamentos a fornecedores		(3.666.838,39)	(4.228.584,01)
Pagamentos ao pessoal		(681.237,70)	817.229,97
Caixa gerada pelas operações		(1.916.418,69)	(1.033.794,35)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(12.788,07)	(11.914,69)
Outros recebimentos/pagamentos		3.057.878,61	1.358.811,94
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		1.128.671,85	313.102,90
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(742.627,36)	(833.492,61)
Activos intangíveis		(17.646,93)	(55.224,92)
Investimentos financeiros		-	-
Propriedades de Investimento		-	-
		(760.274,29)	(888.717,53)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento	22	618.428,73	681.435,35
Juros e rendimentos similares	29	780,26	5.398,00
Dividendos		-	-
		619.208,99	686.833,35
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		(141.065,30)	(201.884,18)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuizos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares	30	(108,96)	(122,79)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		(108,96)	(122,79)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		(108,96)	(122,79)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		987.497,59	111.095,93
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3.708.600,68	3.597.504,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.696.098,27	3.708.600,68

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DIRETIVO



10. Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
 DEMONSTRAÇÕES (CONSOLIDADAS) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Fundos	Outros instrumentos de fundos patrimoniais	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais
Saldo em 1 de Janeiro de 2015 Reexpresso	1	1.995	-	-	-	1.459.756	-	-	1.515.119	93.386	3.070.256	-	3.070.256
Alterações no período:													
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais:		-	-	-	-	-	-	-	(148.732)	-	(148.732)	-	(148.732)
	2	-	-	-	-	-	-	-	(148.732)	-	(148.732)	-	(148.732)
Resultado líquido do exercício	3									2.548	2.548	-	2.548
Resultado integral	4=2+3									2.548	(146.184)	-	(146.184)
Operações com detentores de fundos no exercício:													
Realizações de fundos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultados		-	-	-	-	93.386	-	-	-	(93.386)	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	93.386	-	-	-	(93.386)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	6=1+2+3+5	1.995	-	-	-	1.553.142	-	-	1.366.387	2.548	2.924.072	-	2.924.072

O anexo faz parte integrante desta demonstração (consolidada) das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rita Frascquillo

O CONSELHO DIRETIVO

M. Manuel (M. M.)
 Presidente do Conselho Diretivo
 João J. S. Silva

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
 DEMONSTRAÇÕES (CONSOLIDADAS) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNOS PRÓPRIOS
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Fundos	Outros			Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras		Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais
		instrumentos de fundos patrimoniais	Reservas legais	Outras reservas				variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados				
aldo em 1 de Janeiro de 2014 Reexpresso	1	1.995	-	-	-	1.012.499	21.756	-	1.814.329	425.501	3.276.080	-	3.276.080
Alterações no período:													
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais:		-	-	-	-	21.756	(21.756)	-	(299.210)	-	(299.210)	-	(299.210)
	2	-	-	-	-	21.756	(21.756)	-	(299.210)	-	(299.210)	-	(299.210)
Resultado líquido do exercício	3									93.386	93.386	-	93.386
Resultado integral	4=2+3									93.386	(205.824)	-	(205.824)
Alterações com detentores de capital no exercício:													
Realizações de fundos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultados		-	-	-	-	425.501	-	-	-	(425.501)	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	425.501	-	-	-	(425.501)	-	-	-
aldo em 31 de Dezembro de 2014	6=1+2+3+5	1.995	-	-	-	1.459.756	-	-	1.515.119	93.386	3.070.256	-	3.070.256

O anexo faz parte integrante desta demonstração (consolidada) das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rita Frascquillo

O CONSELHO DIRETIVO

Maria Lúcia
 nome de us. note.
 José António Silva

11. Anexos ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

11.1 Nota Introdutória

A Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FP é uma Fundação Pública de Direito Privado, com sede em Edifício C 5 – Campo Grande - Lisboa, constituída em Janeiro de 1993 que tem como atividade principal fomentar as atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, formação, consultoria e divulgação.

11.2 Principais Políticas Contabilísticas de Preparação das Demonstrações Financeiras

11.2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2015, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF-ESNL”), normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009 e divulgações publicadas através do anexo nº 10 da Portaria nº 986/2009 de 7 de Setembro, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo (“ESNL”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF-ESNL”.

11.2.2 Disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo derogadas no exercício

Não aplicável

11.2.3 Rubricas não comparáveis com o exercício anterior

Não aplicável

11.3 Principais Políticas Contabilísticas

11.3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

11.3.2 Investimentos Financeiro

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo anualmente avaliada a necessidade de contabilização de perdas de imparidade.

11.3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

11.3.4 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

11.3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, excluindo goodwill

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respetiva rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

11.3.6 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

11.3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal (i) e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

11.3.8 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos, cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

11.3.9 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. Os itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizados.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

11.3.10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

11.3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa receber o correspondente montante.

11.3.12 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem

informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

11.3.13 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

11.4 Fluxos de Caixa

11.4.1 Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 têm a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Numerário	0,00	0,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.698.320,09	3.710.822,50
Aplicações de tesouraria	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Caixa e seus equivalentes	<u>4.698.320,09</u>	<u>3.710.822,50</u>
Linhas de crédito de curto prazo	0,00	0,00
Descobertos bancários	<u>2.221,82</u>	<u>2.221,82</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>2.221,82</u>	<u>2.221,82</u>
	<u>4.696.098,27</u>	<u>3.708.600,68</u>

Os montantes registados em Balanço na rubrica Financiamentos obtidos respeitam ao saldo credor que se encontra evidenciado na rubrica Caixa e Bancos no valor de 2.221,82€.

Encontra-se na rubrica Depósitos a prazo, a 31 de Dezembro de 2015, o montante de 772.634,58 Euros com o seguinte detalhe:

	2015			
	Montante	Taxa	Início	Vencimento
Depósito a prazo	25.000,00	0,000%	30-11-2015	18-02-2016
Depósito a prazo	75.000,00	0,000%	18-12-2015	17-01-2016
Depósito a prazo	150.000,00	0,000%	21-12-2015	20-01-2016
Depósito a prazo	350.000,00	0,000%	30-09-2015	28-03-2016
Depósito a prazo	91.132,00	0,050%	24-08-2015	23-08-2016
Depósito a prazo	28.000,00	0,100%	24-01-2015	25-01-2016
Depósito a prazo	27.490,50	0,150%	12-03-2015	12-03-2016
Depósito a prazo	23.530,89	0,100%	14-02-2015	14-02-2016
Depósito Especial	2.481,19	0,000%	18-11-2015	18-11-2017
	<u>772.834,58</u>			

11.5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

11.6 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2015				
	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial	3.904.863,86	89.697,97	4.894.555,16	2.562.019,04	11.451.136,03
Aquisições	370.655,85		299.801,75	69.231,13	739.688,73
Alienações					
Transferências					
Abates	-4.846,20		-7.901,95	-44.280,00	-57.028,15
Revalorizações (Nota ___)					
Outras variações					
Saldo final	<u>4.270.673,51</u>	<u>89.697,97</u>	<u>5.186.454,96</u>	<u>2.586.970,17</u>	<u>12.133.796,61</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	3.263.188,13	89.698,06	4.630.361,97	1.800.143,84	9.783.392,00
Amortizações do exercício	275.353,70		338.815,41	274.624,86	888.793,97
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates			-101,84		-101,84
Outras variações		-0,09			-0,09
Saldo final	<u>3.538.541,83</u>	<u>89.697,97</u>	<u>4.969.075,54</u>	<u>2.074.768,70</u>	<u>10.672.084,04</u>
Activo líquido	<u>732.131,68</u>		<u>217.379,42</u>	<u>512.201,47</u>	<u>1.461.712,57</u>

2014					
	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial	3.756.103,79	89.697,97	4.595.742,57	2.386.384,30	10.827.928,63
Aquisições	155.713,77		302.706,47	192.201,74	650.621,98
Alienações					
Transferências					
Abates	-6.953,70		-3.893,88	-16.567,00	-27.414,58
Revalorizações (Nota __)					
Outras variações					
Saldo final	<u>3.904.863,86</u>	<u>89.697,97</u>	<u>4.894.555,16</u>	<u>2.562.019,04</u>	<u>11.451.136,03</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	2.963.268,79	89.698,06	4.228.599,50	1.498.821,71	8.780.388,06
Amortizações do exercício	299.919,34		404.519,37	304.340,94	1.008.779,65
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates			-2.756,90	-3.018,81	-5.775,71
Outras variações					
Saldo final	<u>3.263.188,13</u>	<u>89.698,06</u>	<u>4.630.361,97</u>	<u>1.800.143,84</u>	<u>9.783.392,00</u>
Activo líquido	<u>641.675,73</u>	<u>-0,09</u>	<u>264.193,19</u>	<u>761.875,20</u>	<u>1.667.744,03</u>

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	1-10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1-10
Outros ativos fixos tangíveis	1-10

11.7 Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Outros métodos				
	Método da equivalência patrimonial	Justo valor	Custo	Total outros métodos	Total
Valor bruto:					
Saldo inicial	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regularizações - Método da equivalência patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revalorizações de justo valor (Nota __)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
Perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade do exercício (Nota 26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activo líquido	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00

2014

	Outros métodos				
	Método da equivalência patrimonial	Justo valor	Custo	Total outros métodos	Total
Valor bruto:					
Saldo inicial	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regularizações - Método da equivalência patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revalorizações de justo valor (Nota __)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
Perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	0,00	0,00	-6.060,41	-6.060,41	-6.060,41
Perdas por imparidade do exercício (Nota 26)	0,00	0,00	6.060,41	6.060,41	6.060,41
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activo líquido	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00

A Fundação detém uma participação financeira na entidade PETSYS, S.A, adquirida pelo montante de 29.480,00 Euros, representativa de 7,10% de capital. À data de apresentação do fecho de 2015, não foi disponibilizado à FFCUL, as Demonstrações Financeiras da empresa PETSYS, por as mesmas ainda não estarem concluídas.

11.9 Imposto sobre o rendimento

A Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FP encontra-se sujeito a um regime de tributação misto, sendo parte das operações realizadas não sujeitas a tributação, uma vez que não têm por finalidade a obtenção de resultados e a parte relativa a prestações de serviços e custos associados tributáveis pelo regime geral.

Na parte tributável a Fundação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2015 e em 2014.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 4 anos (6 anos para os incorridos até 2012) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

11.10 Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as contas a receber da Empresa têm a seguinte composição:

	2015			2014		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Não correntes:						
Clientes, conta corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contas a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Correntes:						
Clientes, conta corrente	391.742,78	98.751,30	292.991,48	501.331,95	99.861,30	401.470,65
Outras Contas a Receber	6.871.722,74	0,00	6.871.722,74	7.915.138,69	0,00	7.915.138,69
	<u>7.263.465,52</u>	<u>98.751,30</u>	<u>7.164.714,22</u>	<u>8.416.470,64</u>	<u>99.861,30</u>	<u>8.316.609,34</u>
TOTAL	<u>7.263.465,52</u>	<u>98.751,30</u>	<u>7.164.714,22</u>	<u>8.416.470,64</u>	<u>99.861,30</u>	<u>8.316.609,34</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor das contas a receber foi de 6.871.722,74 Euros.

11.11 Adiantamentos a fornecedores

O saldo desta rubrica compreende os adiantamentos efetuados a fornecedores por conta de encomendas a satisfazer.

11.12 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Outras contas a receber" tem a seguinte composição:

	2015	2014
Pessoal	0,00	0,00
Devedores p/ acresc. rend.	6.380.496,98	7.499.246,90
Adiantamentos Concedidos Projectos	24.681,14	57.527,05
Parceiros	237.813,82	84.139,34
Outras contas a receber	<u>228.730,80</u>	<u>274.225,40</u>
	<u>6.871.722,74</u>	<u>7.915.138,69</u>

Nos Devedores p/ acréscimo de rendimentos registados os custos dos projetos, cujas verbas ainda não foram recebidas

11.13 Diferimentos ativos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

Natureza	2015	2014
Seguros	13.830,20	17.150,06
Contratos de manutenção	217,70	1.089,23
Assinaturas Publicações	2.029,29	0,00
Licença Informática	5.235,79	6.322,80
Outros gastos a reconhecer	<u>2.968,00</u>	<u>3.087,78</u>
	<u>24.280,98</u>	<u>27.649,87</u>

11.14 Fundos próprios

Em 31 de Dezembro de 2015, os Fundos da Empresa, era composto com o valor nominal de 1.995,19 Euros.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Capital:		
Valor nominal	1.995,19	1.995,19
Capital não realizado	0,00	0,00
Custos de emissão	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>1.995,19</u>	<u>1.995,19</u>
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Prémios de emissões	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>1.995,19</u>	<u>1.995,19</u>

11.15 Outras variações nos fundos próprios

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00
Subsídios	1383.767,19	1532.499,51
Doações	500,00	500,00
Outras	<u>-17.880,07</u>	<u>-17.880,07</u>
	<u>1366.387,12</u>	<u>1515.119,44</u>

11.16 Financiamentos obtidos

Os montantes registados em Balanço na rubrica de Financiamentos obtidos respeitam aos saldos credores que se encontram evidenciados nas rubricas de Caixa e Bancos, devendo os mesmos ser regularizados no curto prazo.

11.17 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Outras contas a pagar” tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de investimento	50.743,72	53.676,34
Credores por acréscimos de gastos	160.197,66	153.583,56
Adiantamentos Concedidos Projetos	8.740,04	39.222,75
Parceiros	1.507.964,58	908.111,61
Outras contas a pagar	<u>38.305,51</u>	<u>133.322,16</u>
	<u>1.765.951,51</u>	<u>1.287.916,42</u>

11.18 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de “Fornecedores” tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores, conta corrente	95.490,57	473.238,62
Fornecedores, títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>95.490,57</u>	<u>473.238,62</u>

11.19 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2015		2014	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	0,00	0,00	0,00	0,00
Estimativa de imposto	0,00	10.024,40	0,00	11.041,37
Retenção na fonte	8.775,75	0,00	9.420,87	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	15.406,58	0,00	17.847,63
Imposto sobre o rendimento - prediais	0,00	187,50	0,00	115,50
Imposto sobre o valor acrescentado	20.235,93	0,00	0,00	54.170,27
Contribuições para a Segurança Social	0,00	23.166,78	0,00	23.080,92
	<u>29.011,68</u>	<u>48.785,26</u>	<u>9.420,87</u>	<u>106.255,69</u>

A 31 de Dezembro de 2015 a Fundação não apresentava dívidas em mora para com as entidades públicas.

11.20 Diferimentos passivos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” tem a seguinte composição:

Natureza	2015	2014
Proveitos Diferidos	7.197.996,76	7.080.309,75
Outros Proveitos Diferidos	1.428.727,21	1.804.456,58
	<u>8.626.723,97</u>	<u>8.884.766,33</u>

Nos Proveitos Diferidos foram registadas as entradas de verbas para os projectos, as quais serão reconhecidas em rendimentos à medida que forem executadas as despesas dos Projectos.

Nos Outros Proveitos Diferidos são registadas a quota parte (Overheads) relativa às entradas de verba (Subsídio) que também são reconhecidos em rendimentos da Fundação à medida que os Projectos se forem executando.

11.21 Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços reconhecidas pela Empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 têm a seguinte composição:

	2015	2014
Venda de bens	0,00	0,00
Serviços Prestados	1.523.750,32	1.707.379,97
	<u>1.523.750,32</u>	<u>1.707.379,97</u>

11.22 Subsídios do governo

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

Ano 2015	Montante recebido	Rédito do período
Subsídios à exploração:	6.516.170,98	5.875.238,49
---	0,00	0,00
	<u>6.516.170,98</u>	<u>5.875.238,49</u>
Subsídios relacionados com activos:	618.428,73	944.871,37
---	0,00	0,00
	<u>618.428,73</u>	<u>944.871,37</u>
	<u>7.134.599,71</u>	<u>6.820.109,86</u>

Ano 2014		
Subsídio	Montante recebido	Rébito do período
Subsídios à exploração:	6.596.105,37	6.966.156,79
---	0,00	0,00
	<u>6.596.105,37</u>	<u>6.966.156,79</u>
Subsídios relacionados com activos:	681435,35	1058.057,36
---	0,00	0,00
	<u>681435,35</u>	<u>1058.057,36</u>
	<u>7.277.540,72</u>	<u>8.024.214,15</u>

11.23 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 tem a seguinte composição:

	2015	2014
Serviços Especializados	1.120.734,30	1286.221,87
Materiais	432.602,23	459.602,54
Energia e fluidos	312.278,36	381.998,37
Deslocações, estadas e transportes	739.061,11	966.118,92
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	465.875,35	598.501,95
Comunicação	19.672,21	28.251,79
Seguros	3.087,10	3.502,71
Contencioso e notariado	736,89	628,45
Despesas de representação	36.584,60	54.817,35
Outros serviços	1.596,68	1.043,81
	<u>3.132.228,83</u>	<u>3.780.687,76</u>

11.24 Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 tem a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	964.751,96	1.135.339,42
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	199.152,68	231.658,39
Seguros	8.772,03	10.210,64
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros	8.105,94	4.126,24
	<u>1.180.782,61</u>	<u>1.381.334,69</u>

O número médio de pessoal nos exercícios de 2015 e 2014 foram de 45 e 52.

11.25 Imparidade de dívidas a receber

No exercício de 2015 foi registado uma reversão de perdas de imparidades no montante de 1.110,00 Euros.

11.26 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 tem a seguinte composição:

	2015	2014
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros:		
Subsidio ao Investimento	944.871,37	1.058.057,36
Correcções de Exercicios Anteriores	358.762,17	286.769,93
Outros	57.503,67	60.166,35
	<u>1.361.137,21</u>	<u>1.404.993,64</u>

11.27 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 tem a seguinte composição:

	2015	2014
Impostos	111.732,87	80.094,43
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos:		
Outros gastos e perdas (Notas ___)	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Juros de Mora e Compensatórios	0,00	0,00
Outros:		
Custos com Bolseiros	2.404.086,46	2.820.323,38
Ajudas de Custo	413.627,23	543.941,22
Outros gastos e perdas	589.868,88	350.647,55
	<u>3.519.315,44</u>	<u>3.795.006,58</u>

11.28 Depreciações

A rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 tem a seguinte composição:

	2015	2014
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	888.793,97	1.008.779,65
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Intangíveis (Nota 7)	28.214,04	29.531,81
	<u>917.008,01</u>	<u>1.038.311,46</u>

11.29 Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 têm a seguinte composição:

	2015	2014
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições de crédito	704,43	5.325,56
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	0,00	0,00
Financiamentos concedidos a subsidiárias	0,00	0,00
Financiamentos concedidos a associadas e entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Outros financiamentos concedidos	75,83	169,163
	<u>780,26</u>	<u>7.017,19</u>
Dividendos obtidos:		
Aplicações em meios financeiros líquidos	0,00	0,00
Subsidiárias	0,00	0,00
Associadas e entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Outras entidades	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	<u>780,26</u>	<u>7.017,19</u>

11.30 Juros e gastos similares suportados

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 têm a seguinte composição:

	2015	2014
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	0,00	0,00
Loações financeiras	0,00	0,00
Empréstimos obrigacionistas	0,00	0,00
Outros financiamentos	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos	0,00	0,00
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos	0,00	0,00
Outros gastos de financiamento:	0,00	0,00
Comissões e encargos similares	0,00	0,00
Imposto do selo	0,00	0,00
Outros	108,96	17,179
	<u>108,96</u>	<u>17,179</u>

11.31 Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11.32 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais

O Técnico Oficial de Contas

Rita Gasquilha

O Conselho Diretivo

Luís Malheiro
 Paulo de Sousa
 José António Pires



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FP**, (adiante também designada por FFCUL ou Fundação), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um ativo líquido de 13 463 246 euros e um total de fundos patrimoniais de 2 924 072 euros, incluindo um resultado líquido de 2 548 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo referentes ao exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Diretivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 7 seguinte, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Diretivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1122.
A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede Internacional BDO de firmas independentes.



Reserva

7. O sistema contabilístico e de controlo interno tem vindo a ser melhorado com vista a ultrapassar determinadas insuficiências que ainda persistem nalgumas áreas, nomeadamente nas confirmações e reconciliações de saldos com terceiros e no sistema de informação de gestão de projetos. Apesar dos esforços que tem vindo a ser desenvolvidos pela Fundação para o encerramento de projetos de anos anteriores, cujo impacto tem sido relevado em Resultados do Exercício, estão por encerrar outros projetos de anos anteriores em fase de análise, relativamente aos quais se desconhece o respetivo impacto ao nível dos Fundos Patrimoniais. Esta limitação ao âmbito do nosso trabalho está a ser acompanhada por parte do Conselho Diretivo da Fundação com vista à sua progressiva resolução.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no anterior parágrafo 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FP**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 14 de março de 2016

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Aleixo Dias'.

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Conselho Geral,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a atividade da **Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FP**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho Diretivo os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Fundação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho Diretivo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015;

2º Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho Diretivo;

Lisboa, 14 de março de 2016

O FISCAL ÚNICO

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1122.

A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

